

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ALEXANDRE OLIVEIRA NASCIMENTO SANTOS**

**REFORMA DO ENSINO MÉDIO: VOZES DOS ESTUDANTES**

**SÃO CRISTÓVÃO**  
**2018**

**ALEXANDRE OLIVEIRA NASCIMENTO SANTOS**

**REFORMA DO ENSINO MÉDIO: VOZES DOS ESTUDANTES**

Monografia apresentada ao departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, como forma de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Américo

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2018**

# **REFORMA DO ENSINO MÉDIO: VOZES DOS ESTUDANTES**

**ALEXANDRE OLIVEIRA NASCIMENTO SANTOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de licenciado em Educação Física.

**Nota:** \_\_\_\_\_

**Data de apresentação:** \_\_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. José Américo Santos Menezes**  
**(Orientador)**

---

**Profa. Ma. Marília Menezes Nascimento Souza**  
**(Membro Convidado)**

---

**Prof. Me. Dagoberto Oliveira Machado**  
**(Membro Convidado)**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Universidade Federal de Sergipe, aos professores do Departamento de Educação Física que ao longo da graduação me proporcionaram aprendizagem e inspirações para minha futura atuação na prática docente.

Agradeço ao meu orientador pelos conselhos durante esse percurso de orientação, por entender minhas limitações em relação à temática dessa pesquisa, tendo em vista sua complexidade de análise de conjuntura.

Um agradecimento especial a minha família por sempre me incentivar a continuar estudando, agradeço principalmente a minha mãe e minha vó que apesar de todas as dificuldades nunca deixaram me faltar nada, e por sempre ter lutado para me manter focado na escola. Agradeço a minha namorada por estar ao meu lado por todos esses anos e por me ajudar a superar as dificuldades, inclusive na vida acadêmica.

Agradeço aos colegas do grupo LaboMídia que contribuíram para desenvolvimento desse e de outras pesquisas, aos amigos e colegas do curso que convivi durante esses anos e a todos que de alguma forma contribuíram para meu processo de formação.

Por fim, sou grato às pessoas que colaboraram com essa pesquisa, que se dispuseram a responder os questionários e dessa forma possibilitaram a conclusão desse trabalho.

## **Resumo**

A presente pesquisa teve o objetivo de Identificar o estado de conhecimento dos estudantes sobre as mudanças propostas pela reforma do ensino médio, bem como, se os mesmos estão de acordo com a reforma sugerida. Para cumprir com tal objetivo foi utilizado uma pesquisa descritiva, com uma abordagem que se aproxima da perspectiva qualitativa. Tivemos como sujeitos colaboradores da pesquisa 193 estudantes, sendo que 98 frequentam a rede particular de ensino e 95 a rede pública. Para a coleta dos dados junto aos sujeitos colaboradores da pesquisa, nos valem do questionário misto que consiste em perguntas fechadas e abertas. Dentre as principais constatações obtidas podemos destacar a falta de consensos entre os diferentes seguimentos da sociedade brasileira, inclusive no cenário educacional brasileiro, que apresentem posições bem distintas sobre essa Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo. Para aqueles que defendem, muitas vezes por membros do próprio governo, justificam que é a melhor maneira de melhorar educação no Brasil, de dar autonomia aos estudantes escolherem o futuro e atribuir sentido no ensino médio perante aos alunos. Para os que são contrários a argumentação, dentre outros pontos, faz crítica a flexibilização das disciplinas, a capacidade das escolas brasileiras de ofertar os itinerários formativos e o curso técnico e a falta do dialogo na construção do texto. Outro resultado obtido trata-se das contradições dos sujeitos dessa pesquisa no que se refere à aceitação dessa Reforma, primeiro foi indagado sobre o acompanhamento dos alunos com as propostas dessa reformulação do ensino, ficou constatado que a maioria não buscou informações sobre, entretanto, grande parte dos estudantes da escola particular concordam com a Reforma, em contra partida, os alunos da escola pública discordam. Dentre as justificativas apresentadas por aqueles que estão de acordo é que esse novo modelo de ensino vai proporcionar uma melhoria no ingresso na Universidade, para aqueles que divergem, dentre os motivos está a flexibilização das disciplinas que é apontado como importantes no processo de formação dos estudantes. Com isso, é imprescindível ressaltar que o governo não ouviu com responsabilidade setores estratégico que pensam o Ensino Médio, preocupando-se predominantemente em mediatizar o debate.

**Palavras chave:** Reforma do ensino médio; Estudantes do ensino médio; Escola.

## ABSTRACT

The present research aimed to identify the students' knowledge of the changes proposed by the high school reform, as well as whether they are in accordance with the suggested reform. To meet this objective, a descriptive research was used, with an approach that approached the qualitative perspective. We had 193 students as research subjects, of which 98 attended the private teaching network and 95 were public schools. In order to collect the data from the collaborating research subjects, we use the mixed questionnaire consisting of closed and open questions. Among the main findings we can point out the lack of consensus among the different segments of Brazilian society, including in the Brazilian educational scenario, that present very different positions on this High School Reform proposed by the government. For those who defend, often by members of the government itself, they justify that it is the best way to improve education in Brazil, to give students autonomy to choose the future and to make sense in the secondary education towards the students. For those who are against argumentation, among other points, criticizes the flexibility of disciplines, the ability of Brazilian schools to offer the training itineraries and the technical course and the lack of dialogue in the construction of the text. Another result obtained is the contradictions of the subjects of this research with regard to the acceptance of this Reformation, first it was asked about the follow-up of the students with the proposals of this reformulation of the teaching, it was verified that the majority did not look for information on, however, great part of the private school students agree to the Reform, contrary to contrary, public school students disagree. Among the justifications presented by those who agree is that this new model of teaching will provide an improvement in the entrance to the University, for those who differ, among the reasons is the flexibility of the disciplines that is pointed out as important in the process of training students . With this, it is essential to emphasize that the government has not responsibly heard strategic sectors that think about High School, focusing predominantly on mediaizing the debater.

**Keywords:** High School Reform; High School Students; School.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1:</b> Perfil dos sujeitos colaboradores _____   | 32 |
| <b>Figura 2:</b> O que você pretende após o ensino médio? _____  | 33 |
| <b>Figura 3:</b> Você acompanhou os debates em torno da reforma do ensino médio? _____   | 34 |
| <b>Figura 4:</b> Você é favorável a reforma do ensino médio? _____   | 35 |
| <b>Figura 5:</b> Você acha que sua reforma do Ensino Médio vai melhorar sua condição de _____  | 36 |
| <b>Figura 6:</b> Para você as mudanças na organização das disciplinas do Ensino Médio, vão provocar que tipo de alterações _____   | 38 |
| <b>Figura 7:</b> Com a reforma do ensino médio, os alunos terão que escolher a partir do segundo ano uma das cinco áreas do conhecimento para aprofundamento. Se você pudesse escolher quais dessas você pretenderia cursar? _____ | 40 |
| <b>Figura 8:</b> Você acha que a maioria das escolas brasileiras tem condições de ofertar essas cinco áreas de concentração proposto pelo governo? _____   | 42 |
| <b>Figura 9:</b> O governo anuncia a flexibilização das disciplinas artes, educação física, sociologia e filosofia. Você concorda com a ausência dessas disciplinas no Ensino Médio? _____   | 43 |
| <b>Figura 10:</b> Você acha que a presença da educação física no Ensino Médio tem que nível de importância? _____  | 44 |
| <b>Figura 11:</b> Para você qual deve ser a finalidade da educação física no Ensino Médio _____  | 45 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2. ASPECTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO .....</b>                            | <b>11</b> |
| 2.1 Qual a conjuntura da atual Reforma? .....                                  | 13        |
| 2.2 Novo Ensino Médio: .....   | 14        |
| <b>3. CONSENSOS E DISSENSOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO .....</b>          | <b>18</b> |
| 3.1 Consensos e dissensos institucionais sobre a Reforma do Ensino Médio ..... | 22        |
| <b>4. METODOLOGIA .....</b>  | <b>29</b> |
| 4.1 Tipo de pesquisa .....   | 29        |
| 4.2 Sujeitos colaboradores da pesquisa.....                                    | 29        |
| 4.3 Instrumentos de coleta dos dados .....                                     | 30        |
| 4.4 Procedimentos.....   | 30        |
| <b>5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>                             | <b>31</b> |
| 5.1 Perfil dos Sujeitos Colaboradores .....                                    | 31        |
| 5.2 Conhecimentos e opiniões sobre a reforma do ensino médio.....              | 33        |
| 5.3 Consequências da reforma na visão dos estudantes.....                      | 36        |
| 5.4 O componente curricular Educação Física na Reforma do Ensino Médio .....   | 43        |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>47</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>49</b> |
| <b>8. SUMÁRIO DE APÊNDICES .....</b>   | <b>52</b> |



## 1. INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa surgiu logo após uma proposta do governo vigente para a criação de uma base nacional comum curricular, que estabelecia muitas mudanças em todo cenário educacional brasileiro, dentro dessas alterações, na sua primeira versão, retirava a obrigatoriedade de algumas disciplinas dentre elas a Educação Física. Como graduando da área, esse fato gerou grande inquietação, tendo em vista as contribuições que a Educação Física como componente curricular pode oferecer a formação dos estudantes, inclusive nessa etapa de ensino. Outro ponto que gerou apreensão foi a forma que o texto foi tramitado pelo governo, sendo aprovada a partir de uma medida provisória, com pouco tempo para debates e sem diálogo com os atores desse processo, como os estudantes.

Nesse contexto, temos a seguinte inquietação. **Qual o estado de conhecimento dos estudantes sobre a reforma do Ensino Médio e qual a opinião sobre as mudanças proposta pela reforma?**

Para responder, debater, analisar tal inquietação como o objetivo geral, **identificar o estado de conhecimento dos estudantes sobre as mudanças propostas pela a reforma do Ensino Médio, bem como, se os mesmos estão de acordo com a reforma sugerida.**

O levantamento bibliográfico realizado para o estudo da presente temática aponta praticamente a inexistência de trabalhos que buscam dar voz aos estudantes sobre a reforma do Ensino Médio. Por outro lado, identificamos pesquisas e posicionamentos de órgãos e instituições que representam professores e intelectuais sobre a reforma do Ensino Médio, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, entre outros. No entanto, trabalhos que mostram o que pensam os estudantes acerca da reforma e o seu posicionamento político quase inexistem, o que evidencia o caráter exploratório desta pesquisa.

Para o desenvolvimento desse trabalho, optamos por uma pesquisa de caráter descritivo que se aproxima de uma abordagem qualitativa, obtivemos a contribuição de estudantes da rede pública e particular de ensino do município de Aracaju/Se. A relevância desse trabalho consiste em debater um tema da ordem do dia, de ouvir os atores que são implicados nesse fenômeno e trazer para o cenário da educação a necessidade de refletir e amadurecer sobre uma temática tão importante e estratégica para a sociedade brasileira.

O presente trabalho monográfico está organizado com uma introdução onde consta a natureza do trabalho, as justificativas pessoal e acadêmica para o desenvolvimento da pesquisa. Uma breve revisão de literatura onde apresentamos os aspectos conjunturais da reforma trazendo o percurso cronológico dos fatos que desencadearam a proposta do governo para atual reforma do ensino médio. Apresentamos também, na seção da revisão de literatura, os consensos e os dissensos presentes no debate em torno da Reforma. Para tanto, fizemos um levantamento do material bibliográfico por meio de revistas científicas online, sites do governo e de pesquisadores/instituições que representam a educação, e outras fontes eletrônicas acerca da temática analisada.

A presente monografia consta também de um capítulo onde apresentamos o percussor metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, seguido da apresentação e análise dos dados. Por fim, o trabalho na sua última seção apresenta nas considerações finais nossas principais constatações com desenvolvimento da pesquisa.

## 2. ASPECTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Antes de apresentar um panorama dos fatores que levaram o atual governo a criação da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio, levando em conta o período que começou a ser pensado, o que se foi discutido ou realizado em cada situação, é fundamental recorrer à história, mesmo que de forma sucinta, para buscar outras reformas que existiram a fim de saber as suas características e a conjuntura social vigente, desse modo podendo correlacionar essas com a atual Reforma do Ensino Médio, no tocante aos seus atributos.

A história nos mostra uma dualidade no Ensino Médio brasileiro, a primeira dessa possui características tecnicista, Cunha (2005, p. 36) afirma que “o ensino Médio vinculado à profissionalização, entendida esta como preparação para o ingresso no mercado de trabalho”. Desse modo, o objetivo do Ensino Médio está voltado para a inclusão e preparação dos estudantes para o mercado de trabalho assumindo um caráter técnico, essa maneira de se pensar a educação ressalta um fator social importante, o das classes desfavorecida financeiramente que necessita entrar precocemente no mundo do trabalho, assumindo funções “inferiores”, no sentido de mão de obra barata e despreparada.

Cunha (2005, p. 36) também diz que “no Brasil, o Ensino Médio, historicamente, esteve organizado na perspectiva de preparar o jovem para o Ensino Superior, com oferta limitada de vagas que eram destinadas às elites”. Sendo essa a outra face dessa dualidade, o preparo para ingressar no ensino superior, por meio do vestibular ou, mas recentemente, pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), esse apresenta o caráter elitista, no sentido de que os mesmos possuem uma qualidade melhor no ensino, pois pagam por essa educação, sejam por escolas particulares ou cursos preparatórios.

Essa dualidade é reforçada por Frigotto (2011) onde o autor afirma “que esta estrutura opaca e violenta da classe detentora do capital, no Brasil, radicaliza a dualidade estrutural na educação, especialmente a partir da década de 1940”, por está em um contexto na a educação nacional é organizada através de “Leis Orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para o ingresso na universidade e os que deveriam ter formação profissional para os setores produtivos”.

Nesse contexto, é importante apresentar algumas períodos que foram marcos no rumo da educação em nosso país, no tocante a criações de medidas, de órgãos no campo educacional e características específicas para o ensino médio.

Como exemplo a década de **1930** que foi uma data importante, na qual foi construído um debate acerca dos caminhos da educação básica brasileira, com fortes conflitos ideológicos como afirma Nascimento (2007, p.80) citado por Mello (2016) diz que:

“[...] os grupos dos renovadores da educação, os “pioneiros”, na defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória e os “conservadores” representados pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), diferenciada para cada sexo, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto à educação, etc.”.

Nesse mesmo período ocorreu à criação do Ministério da Educação e Saúde Pública sob a tutela de Francisco Campos, no governo de Getúlio Vargas, com o intuito de tratar, como o próprio nome diz, sobre a área da educação, desenvolvendo também pertinentes á saúde, ao esporte e ao meio ambiente (BRASIL, 2018).

Em **1937** ficou nítida com o advento divisão varguista, a divisão entre o ensino profissional (técnico), voltado para classes com menor poder aquisitivo e o ensino propedêutico, que garantia a entrada ao ensino superior, voltado para os jovens ricos, desse modo ficava claro a dualidade imposta ao modelo de ensino brasileiro (MELLO, 2016). Toda essa conjuntura se concretiza na reforma de **1942**, caracteriza esse momento com a seguinte afirmação:

[...] elitista e conservadora que consolidou o dualismo educacional, ao oficializar que o ensino secundário público era destinado às elites condutoras, e o ensino profissionalizante para as classes populares, conforme as justificativas do Ministro Capanema (NASCIMENTO, 2007, p.81).

Outro ano relevante para pensar o processo histórico do Ensino Médio foi **1960**, marco da publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 4024/61), sendo que uma década depois sai a segunda LDB – Lei 5692/71, criada no governo dos militares, nesse período houve um entendimento de habilitar os estudantes para o mundo do trabalho, assumindo um tom extremamente profissionalizante, medida essa desastrosa que só serviu para “conter o aumento da demanda de vagas aos cursos superiores” (NASCIMENTO 2007, p.83) excluindo ainda mais aquele que teriam oportunidades de ingressar no ensino superior.

Em **1996** sai à terceira LDB – 9394/96, onde o Ensino Médio é novamente reformado, com influência do neoliberalismo, que nessa época se consolidava e impunha um Estado privatista, LINS (2006, p.15) citado por MELLO (2016) ressalta que:

A LDB em vigor, de 1996, restabeleceu a nomenclatura Ensino Médio e uma tentativa conciliadora e pragmática que, até aqui, não resultou na superação da dualidade, podendo tê-la acentuado se considerarmos, por exemplo, as diferenciações práticas entre o ensino médio ministrado no diurno e aquele disponibilizado no período noturno.

Desse modo o Ensino Médio passa a ser tratada como a última etapa da educação básica, sendo obrigatória e gratuita nas escolas públicas, sobre a responsabilidade dos governos estaduais, assim foi proposto:

[...] uma nova formulação curricular incluindo competência básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos coerentes com os princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, e também os princípios de interdisciplinaridade e contextualização, adotados como estruturadores do currículo do Ensino Médio (NASCIMENTO, 2007, p.85).

Nesse breve levantamento histórico sobre as reformas na educação, em especial no Ensino Médio, buscamos trazer alguns marcos na educação e suas características, o próximo subcapítulo partirá da ideia de se pensar acerca de quais aspectos sociais estão envolvidos, e quais dúvidas permeiam sobre Educação, Educação Profissionalizante e Ensino Médio.

## **2.1 Qual a conjuntura da atual Reforma?**

Vivemos em um contexto econômico crítico, com altos índices de inflação e juros, e com a taxa de desemprego maior dos últimos anos, isso sem mencionar a dívida externa, ao associarmos isso com a atual reforma torna-se claro a relação do caráter tecnicista do novo Ensino Médio, com oferta de cursos técnicos aos estudantes que, nem se quer, atingiram a maioria, desse modo Mota e Frigotto (2017, p. 357) diz que:

“A educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. Nessa perspectiva, no âmbito da educação, seriam aspectos necessários para elevar as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional: o investimento na melhoria da qualidade do Ensino Médio, até mesmo com o aumento da jornada escolar, visando melhores alcances no desempenho escolar; a reestruturação do currículo, ajustando-o às mudanças no mundo do trabalho,

em conformidade com a suposta educação do século XXI; a ampliação do número de vagas; e a contenção da evasão escolar.”

Entretanto é interessante refletir acerca desse caráter técnico proposto, no sentido de pensar nas desigualdades sociais existentes em nosso país, certas dúvidas rodeia essa perspectiva. Será que o estado será capaz de oportunizar cursos técnicos para todas as escolas? Quando é do conhecimento de todos que existem inúmeras escolas desestruturadas tanto de espaço físico quanto de gestão, como um aluno que vive nesse contexto terá seu direito de escolha respeitado quando não lhe é negado o básico? Desse modo, fica ressaltado o processo de exclusão existente não só na educação brasileira, mas em vários seguimentos da nossa sociedade.

Nesse sentido, Mota e Frigoto (2017, p.362) ressalta sobre as dificuldades dos estudantes, que mesmo que lhe seja ofertado o curso técnico, não é garantia de emprego pela instabilidade existente:

“Outro aspecto importante é sobre a questão do mercado de trabalho. Ainda que esses jovens vençam o gargalo da passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio e concluam o Ensino Médio profissional, passam a compor a amarga estatística da maior taxa de desemprego. A falácia de estimular o Ensino Médio para qualificar para o trabalho depara-se com a falta de emprego no mercado de trabalho para a quase totalidade desses jovens.”

A partir dessa conjuntura tratamos agora sobre o trajeto histórico dessa reforma apresentada pelo governo do Presidente Michel Temer, no intuito de esclarecer os passos tomados para se chegar a tais deliberações.

## **2.2 Novo Ensino Médio:**

A Reforma do Ensino Médio que foi deferida a partir da Medida Provisória (MP) nº. 746 de 22 de setembro de 2016, possuindo força de lei, alterou profundamente o caráter do Ensino Médio vigente, com mudanças significativas acerca da carga horária, da retirada das disciplinas: Educação Física, Sociologia, Filosofia e Artes e da oferta do ensino profissionalizante, gerando inquietude no pensamento coletivo da sociedade, sendo uma decisão contestada por pensadores como Mota e Frigotto (2017) que qualificaram como um

retrocesso e tornando a Reforma do Ensino Médio da ditadura civil militar que colocava a profissionalização compulsória do ensino profissional neste nível de ensino.

Em 17 de fevereiro de 2017 o governo de o presidente Michel Temer tendo como Ministro da Educação Mendonça Filho, sanciona a Lei nº 13.415, que consolida as mudanças propostas pela MP, tais como: o aumento da carga horária mínima anual a partir 02 de março de 2017, que passe a ser de 1.000 horas, sendo ampliada para 1.400 horas, no prazo máximo de cinco anos. Em relação a retiradas das disciplinas, ainda no Capítulo II - Educação Básica o Art. 26 – § 3º **Educação Física**, passa a esta integrada à proposta pedagógica da escola, sendo componente curricular obrigatório da educação básica (BRASIL, 2017).

O governo aponta que maus resultados obtidos pelos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi estopim para a criação de uma Base Nacional Comum Curricular e por acelerar o processo do novo ensino médio. Entretanto, os debates se iniciaram muito antes, como está disponível no site do MEC, os anos e o que foi debatido acerca do Ensino Médio.

Em **1998** houve um grande debate e aprovação das diretrizes do Ensino Médio de acordo com a nova legislação da LDB de 1996, trazendo como objetivos para a etapa final da educação básica:

I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

No ano de **2002** ocorreu o Seminário Nacional sobre Reforma do Ensino Médio, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), nele se começa a configurar uma nova realidade social e política, que permite identificar mudanças nas estratégias de ação do Estado para a aprovação das políticas educacionais.

Em **2007** foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) sendo um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e

transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal (FUNDEB, 2018).

Ainda em **2007** o MEC lança o Plano de Ações Articuladas (PAR), que consiste no desdobramento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) sendo estipulado plano de metas que inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais, a partir da adesão ao Plano de Metas, os estados, os municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos planos (MEC, 2018).

No período de **2009** houve a inserção do novo ENEM, com o propósito de ser o exame universal, ou seja, que obrigatoriamente todos os alunos devem fazer a prova, independente de estudarem na rede pública ou particular. Fernando Haddad, Ministro da Educação na época, pediu um estudo de logística para garantir o acesso de todos os estudantes aos locais de prova em todo o território nacional. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (2018) viu com bons olhos o novo ENEM: “O CONSED entende que o novo formato da prova permitirá a reestruturação do ensino médio e que, com isso, o currículo dessa etapa do ensino passará a orientar os processos seletivos de acesso à educação superior, não o contrário, como ocorre hoje”.

Em **2010** é apresentado em um fórum o Ensino Médio Inovador, sendo ele um programa de apoio técnico e financeiro oferecido às redes estaduais que desejam melhorar a qualidade do ensino, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a mesma está alinhada com a Reforma do Ensino Médio (MEC, 2018).

No mesmo ano o Conselho Nacional de Secretários de Educação (2018) cria o Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino Médio, voltado a debater e intervir nas decisões acerca do Ensino Médio, atualmente o grupo de trabalho está organizado em quatro frentes de trabalho: 1º - Programa de formação e planejamento para a implementação de políticas públicas e desenvolvimento do Ensino Médio; 2º - BNCC e flexibilização curricular; 3º - Educação profissional e técnica; 4º - Ensino do tempo integral.

No ano de **2012** é instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018) aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a necessidade de se construir Diretrizes para a última etapa da educação básica por entender que novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo



trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional. Com o intuito de pensar a juventude, os sujeitos do processo, tem que superar uma noção homogeneizante e naturalizada desse estudante, passando a percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares.

Em **2013** surge o Projeto de Lei PL6840/2013, da autoria da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do Ensino Médio, tendo como Ementa a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.

E em **2014** surge o Plano Nacional da Educação (PNE). Que teve como Meta 3.1: “Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados...”.

Em **2015**, foi apresentada a primeira versão da BNCC, com consulta pública por meio de uma avaliação online, que contou com 12 milhões de acessos.

Em **2016**, aconteceram os Seminários Estaduais com a participação de 10 mil pessoas.

Em **2017**, aconteceram as cinco audiências públicas Nacionais em cada região do Brasil, com a participação de 2 mil pessoas, assim distribuídas: Região Norte: 07/06 – Manaus; Região Nordeste: 28/07 – Recife; Região Sul: 11/08 – Florianópolis; Região Sudeste: 25/08 – São Paulo; Região Centro-Oeste: 11/09 – Brasília (DF).

Torna-se nítido que não se trate de uma questão recente, é do conhecimento de todos que possuímos um sistema falho, com altos índices de evasão principalmente do ensino médio, por se tratar de adolescente que optam ou são obrigados a deixar a escola para trabalhar. Desse modo à criação da BNCC torna-se válida desde que agregue significado na vida dos estudantes, que proporcione conhecimentos básicos e a reflexão crítica dos mesmos. Desse modo a Reforma só fara sentido na medida em que oportunize ao estudante uma formação que vá além da técnica-profissionalizante, priorizando os mais variados estímulos capacitando-os para entender a dura realidade social que os cercam.

### **3. CONSENSOS E DISSENSOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

Nesse momento, discorreremos acerca dos argumentos apresentado pelo governo Temer sobre a necessidade de empreender a Reforma do Ensino Médio, atitude essa decorrente de uma leitura do contexto educacional brasileiro referente ao Ensino Médio, no sentido de mostrar o que esgotou no modelo atual de educação para ser preciso uma reformulação, apontando os motivos de ser necessariamente está reforma, no tocante das suas características.

Em seguida, partiremos para um diálogo entre conjuntos de autores, instituições e órgãos, que de alguma forma emitem opinião e/ou que são representantes dos professores ou estudantes, com a finalidade de apontar o posicionamento sobre essa reforma, na medida em que fique claro em seus depoimentos se são a favor ou contra.

Um dos documentos que traz os motivos do governo para implementação da Reforma é o da Medida Provisória Nº 746 de 22 de Setembro de 2016, a modo que o ministro da Educação Mendonça Filho submete a apreciação do Presidente Temer a proposta de alteração da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece “Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, para dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2016).

Nesse documento, é apresentado a partir de dados estatísticos e diferentes pesquisas as razões da implementação e a urgência da mesma. Na oportunidade, o ministro não poupou críticas acerca do ensino médio vigente, dizendo que “atualmente o ensino médio possui um currículo extenso, superficial e que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo e tampouco com as demandas do século XXI” e complementa com “uma pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análises e Planejamento – Cebrap, com apoio da Fundação Victor Civita – FVC, evidenciou que os jovens de baixa renda não veem sentido no que a escola ensina.” (BRASIL, 2016).

Outro dado apontando no texto é o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que “evidenciaram resultados aquém do mínimo previsto, isto é, 41% dos jovens de 15 a 19 anos matriculados no ensino médio apresentaram péssimos resultados educacionais”, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica também é citado como forma de retratar a calamidade do ensino médio brasileiro, “O IDEB do ensino

médio no Brasil está estagnado, pois apresenta o mesmo valor (3,7) desde 2011” (BRASIL, 2016).

No que se refere ao caráter de urgência da reforma, é apontado que “há que se considerar que, dada a oscilação do quantitativo populacional brasileiro, observa-se que o desafio nacional é ainda mais amplo. No período de 2003 a 2022, é estimado que a população jovem brasileira atinja seu ápice, alcançando por volta de 50 milhões dos habitantes. A partir disso, inicia-se uma queda projetada em 12,5 milhões de jovens, de modo que este é o momento mais importante e urgente para investir na educação da juventude, sob pena de não haver garantia de uma população economicamente ativa suficientemente qualificada para impulsionar o desenvolvimento econômico” (BRASIL, 2016).

O ministro aponta que “em 2011, 13,6% da população de jovens de 15 a 24 anos não estudavam e não trabalhavam. Hoje esse percentual está em torno de 20%.” Ressaltando que “a situação piora na medida em que somente 16,5% dos jovens ingressam no ensino superior e 8% cursam educação profissional, ou seja, aproximadamente 75% da juventude torna-se invisível para os sistemas educacionais brasileiros e não consegue sequer boa colocação no mercado de trabalho” (BRASIL, 2016).

Nessa perspectiva, um novo Ensino Médio para Mendonça Filho “oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF” (BRASIL, 2016).

Desse modo é afirmado que “o ensino médio brasileiro está em retrocesso, o que justifica uma reforma e uma reorganização ainda este ano, de tal forma que, em 2017, os sistemas estaduais de ensino consigam oferecer um currículo atrativo e convergente com as demandas para um desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2016).

Outro documento importante nesse processo é a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lançada em abril de 2016, que traz a proposta para um novo Ensino Médio, o texto da Base é “fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. Apresenta-se, aqui, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica” (BRASIL, 2017).

Nesse texto, é apresentadas reformulações para toda a educação básica, o que diz respeito ao Ensino Médio, se pretende que a “juventude que conclui o Ensino Médio deve ser

capaz de questionar, analisar e posicionar-se criticamente no mundo; comunicar-se e intervir em diferentes contextos, usando as várias linguagens (oral, escrita, científica, digitais, artísticas e corporais); solucionar problemas de forma criativa e inovadora; interagir com o outro e suas diferenças; reconhecer, expressar e gerir suas emoções; liderar, empreender e aprender continuamente” (BRASIL, 2017).

Ainda em relação ao posicionamento do governo, foi lançada a terceira versão da BNCC no dia 03/04/2018 para o Ensino Médio, divulgada pelo MEC o texto afirma que se trata de “fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira” (BRASIL, 2017), e que esta organizada em “um todo articulado e coerente fundado em direitos de aprendizagem”, tendo como objetivo o desenvolvimento escolar das crianças e dos jovens desde a creche até a etapa terminal da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Especificamente para o Ensino Médio, a BNCC está “centrada no desenvolvimento de competências e orientada pelo princípio da educação integral”. Desse modo, as competências gerais estabelecidas para a Educação Básica “orientam as aprendizagens essenciais a ser garantidas no âmbito da BNCC do Ensino Médio quanto os itinerários formativos a ser ofertados pelos diferentes sistemas, redes e escolas” (BRASIL, 2017).

Essas Competências Gerais pensadas para o Ensino Médio estão organizadas em Competências específicas em Linguagens e suas tecnologias, voltadas para habilidades da área e habilidades em Língua Portuguesa; Competências específicas de Matemática e suas tecnologias com habilidade na área; Competências específicas de Ciências da Natureza e suas tecnologias com habilidade na área e Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas com habilidade na área.

Como forma de flexibilizar o currículo o governo defende os itinerários formativos, “Nesse contexto, os itinerários formativos, previstos em lei, devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes.” Desse modo, “as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, considerando as características de sua região, as culturas locais” (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, essa alteração curricular está voltada para atribuir significado aos conteúdos na vida dos alunos, afirmando que “tal organização, deve contribuir para a integração dos conhecimentos entendidos como condição para a atribuição de sentidos aos conceitos e conteúdos estudados nas escolas”.

Desdobrando ainda pelos motivos do governo para fazer uma reforma Educacional, cito a entrevista do ministro Mendonça Filho para o programa Roda Viva da Emissora TV Cultura na data 10/10/2016, o membro do governo do Presidente Michel Temer diante as perguntas feitas durante o processo, afirmava que o modelo educacional vigente estava muito engessado, com sobrecarga de disciplinas obrigatórias, enaltecendo a reforma proposta por tornar o currículo flexível dando direito de escolha aos estudantes seguirem suas vocações, segundo o ministro “o Brasil está distante da Europa, Estados Unidos, Ásia... Enfim, anos luz de distancia no sentido de flexibilidade, em respeito ao protagonismo dos jovens, o jovem pode sim dono do seu caminho, decidir seu futuro”.

Outro ponto defendido por Mendonça Filho, como dito anteriormente, é o do direito de escolha dos jovens sobre sua vida, de maneira que os mesmos devem e podem decidir os rumos do seu futuro, com oferta de aprofundamento em áreas específicas do conhecimento, caso seja escolha do aluno ingressar no nível superior ou pelo curso técnico para aqueles que preferem adentrar diretamente para o mercado de trabalho, ficando claro na fala de Mendonça Filho, onde o mesmo afirma que a Reforma “da espaço para o jovem definir seu itinerário formativo e decidir o seu rumo, acentuando o aprendizado nas áreas que ele tem vocação, que tem vontade, que projeta seu futuro seja pela educação técnica ou educação superior” Roda Viva (2018).

Outro representante do Governo a entrar nesse diálogo, foi convidado para palestrar em Manaus na data de 31/08/2017 na 10ª Reunião Extraordinária da Diretoria da FIEAM – Federação das Indústrias do Estado da Amazonas, promovido pelo seu Presidente Antônio Silva, nessa aconteceu à palestra intitulada de “Reforma do Ensino Médio”, tendo como palestrante Professor Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação. Nesse encontro, tinha a presença de alguns professores e estudantes da rede de ensino que recebia investimento das indústrias com a oferta de cursos técnicos.

A todo o momento em seu discurso o Profº Rossieli fala sobre a educação falida em nosso país, dizendo que “não faz sentido continuar produzindo uma educação tão falida, sendo um peso para a sociedade”, sempre trazendo dados com os baixos níveis de desempenho principalmente em português e matemática, o mesmo afirma que “menos de 10% dos alunos brasileiros alcançam a educação no nível considerado adequado” nessas áreas que são considerados basilares, além de tocar em pontos como o altos índices de evasão da rede pública de ensino, principalmente no ensino médio, o mesmo afirma que os estudantes não sabem para que serve exatamente essa etapa final do ensino básico e que no máximo é a capacitação da entrada para o ensino superior para poucos.

Defende a oferta de cursos técnicos no ensino médio, fazendo comparativos com outros países que proporciona cursos vocacionais, ficando explícito tal posicionamento na seguinte fala “o fato dos jovens fazerem um curso técnico profissionalizante não quer dizer que vocês vão encerrar suas carreiras fazendo o curso, pelo contrário, a tendência é fazerem o curso, se encontrarem e aprofundar os conhecimentos”, embasando sua fala com dados em relação a vínculo empregatício, dizendo que o jovem que tem o curso técnico consegue trabalho e manter-se no mesmo, por possuir uma capacitação diferente dos que estudam nas escolas públicas, o professor traz o seguinte dado “07 em cada 10 alunos de cursos técnicos do SENAI, como exemplo, conseguem emprego no primeiro ano após conclusão do curso”. Federação das Indústrias do Estado da Amazonas (2018).

Entendo que toda essa ênfase na defesa dos cursos técnicos não é apenas para o bem dos estudantes, fica claro quando o professor diz a seguinte frase “educação para da resposta a um contexto na necessidade das indústrias”, demonstrando interesses inerentes a essa reforma que vão além de proporcionar direito de escolha e autonomia aos estudantes, discurso adotado para promover a reforma via mídias.

Sobre a retirada da obrigatoriedade das disciplinas, o mesmo trás dados comparativos com outros países acerca da quantidade de disciplinas obrigatórias, que em média são de 6 ou 7 em quanto o Brasil possui 13 disciplinas. Aponta sobre uma flexibilização do currículo, garantindo o direito de escolha dos estudantes.

### **3.1 Consensos e dissensos institucionais sobre a Reforma do Ensino Médio**

Nesse momento abrimos o debate entre os consensos sobre a deferida reforma, buscando o diálogo entre instituições e pesquisadores. De início trago a fala da professora Sylvia Gouvêa, membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, para a Revista Educação (2018), a representante do MEC defendeu a reforma e o estabelecimento dos itinerários formativos. “O estudante do ensino médio talvez não saiba o caminho profissional que quer seguir, mas sabe quais áreas gosta e quais não gosta”, afirmou. Ainda assim, reconheceu que iniciar a tramitação da lei através de medida provisória “talvez não tenha sido a melhor forma”.

Seguindo essa perspectiva, Simon Schwartzman e João Batista Araújo e Oliveira, lançam a matéria intitulada “Revolução do Ensino Médio e BNCC”, na data de 16/03/2016, para a revista eletrônica o Estadão, desdobramento da revista o Estado de São Paulo, os

mesmos apontam “os principais avanços” desta reforma, sendo esses: a proposta de diversificar o ensino médio, permitindo que os estudantes escolham suas áreas de formação. Com isto, a base nacional só ocuparia uma parte do tempo escolar, dando aos estudantes a possibilidade de escolher e se aprofundar numa área de interesse próprio; incluir o ensino técnico e profissional como uma das opções de formação, e não, como é hoje, cursos adicionais que se somam ao currículo tradicional obrigatório; a proposta de mexer no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que é incompatível com um ensino médio diversificado; tornar obrigatório o ensino de inglês. Finalmente, o modelo proposto segundo os autores citados, acaba com a tirania das disciplinas obrigatórias, que seriam substituídas por áreas de formação com matérias opcionais; avanço é propor que o MEC abra mão do açodamento, estabeleça prazos bem maiores para o trabalho e faça pouca coisa de cada vez, para aprender no processo e não criar uma rigidez desnecessária e que pode ser difícil de reverter, O Estado de São Paulo (2018).

Em relação aos dissensos, pesquisadores do campo da educação se manifestaram sobre tal temática, um desses foi Luiz Carlos de Freitas, professor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - (SP), em seu blog publicou na data de 22/09/2016 um texto intitulado “Ensino Médio: tragédia que substitui ‘tragédia’”, de modo que o professor faz duras críticas a cerca da maneira que é implantada essa reforma, segundo ele: “problemas graves tentarão ser resolvidos na canetada, atrasando a implementação de soluções de fundo bem elaboradas. A proposta atingirá também os professores que poderão ser contratados por ‘notório saber’, mesmo que não tenham sido preparados para dar aula em uma determinada matéria.”, Freitas (2018).

Outro intelectual que se posicionou acerca dessa reforma foi Gaudêncio Frigotto, filósofo e educador. Professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), publicou artigos, fez palestras e deu declarações em diversos meios midiáticos sobre a Reforma do Ensino Médio. Destaco aqui o seu depoimento para a ANPED, o professor faz críticas acerca das pessoas envolvidas no desenvolvimento e construção dessa reforma, segundo ele “os proponentes da reforma, especialistas analfabetos social e doutores em prepotência, autoritarismo e segregação social, são por sua estreiteza de pensamento e por condição de classe, incapazes de entender o que significa educação básica. E o que é pior, se entende não a querem para todos.”, (FRIGOTTO, 2018).

O filósofo e professor Carlos Roberto Jamil Cury em 25/09/2016, deu uma entrevista para a revista eletrônica “O Estadão”, ficou claro na sua fala o descontentamento pela a falta

de consultas com professores e pesquisadores na construção do texto, que segundo ele “faltou uma consulta prévia não só com especialistas, mas com as redes. Se isso é imposto, os professores podem não se sentir motivados a implementar”, aponta também que o modo de propagação sobre a reforma não foi a apropriada, dizendo que “a divulgação à sociedade não precisava ter sido feita dessa forma atabalhoada, com pouca clareza e muitas dúvidas. Isso cria um clima de insegurança nas famílias. O ensino médio é um momento de definições na vida pessoal e social do estudante e demanda cuidados.”, (CURY, 2018).

Nessa perspectiva, as instituições que pensam o ensino a nível nacional, e que de alguma forma representam professores ou estudos, além de fazerem contribuições no campo da educação no Brasil entram nesse diálogo, uma dessas é a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), sendo ela grande representante e formadora de opinião no cenário da educação em todo país, se posicionando contrária, por se tratar, segundo ela, “um retrocesso na educação brasileira, além de ser uma decisão sem diálogo com a sociedade”, ressaltando o processo de tramitação da lei “é nosso entendimento que surge nesta semana, no Brasil, Mais uma lei sem diálogo com a sociedade e que certamente encontrará fortes resistências nas redes educacionais e cotidianas das escolas”, tratando essa reforma como um retrocesso em relação às conquistas já alcançadas pelas políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio.

Explicita também sobre os riscos relacionados à garantia do direito à educação de qualidade para todos os jovens do Brasil, afirmando que: “por estimular a fragmentação dos percursos formativos segundo as condições de ofertas das redes e escolas e origens sociais dos estudantes, estimulando o retorno à dualidade de escola para os ricos e outra para os pobres”.

E principalmente, essa entidade ressalta a falta da participação ativa dos estudantes e dos professores, levando em conta que os mesmos fazem o Ensino Médio de fato acontecer: “ficaram de fora do processo de discussão os principais atores da construção dessa etapa educativa que, agora em consonância com a reforma terão uma formação reduzida e voltada para o mercado e o empreendedorismo, na contramão de uma formação integral, crítica e cidadã” (ANPED, 2018).

No data de 17/03/2017, Camilla Shaw publica uma reportagem intitulada “Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo”, divulgada no site da ANPED, no texto ela diz que “com a aprovação da reforma do Ensino Médio o futuro dos estudantes é incerto. Muito se critica sobre a forma autoritária na qual a nova lei se deu, sem consultar a sociedade e especialistas na área”. No mesmo, a autora busca a fala de Mariana da Silva Gomiela, 16 anos, estudante da primeira escola a ser ocupada no



Paraná, a adolescente se posiciona sobre a reforma dizendo que “precisamos de uma reforma que venha de baixo para cima, principalmente e primeiramente dos estudantes, e a reforma não deve ser somente no Ensino Médio, mas sim em todo o ensino, a reforma que eles impuseram é uma simplificação e precarização do EM”.

Outra instituição nacional que debateu tal deliberação foi a CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação, que realizou a Terceira Reunião Ordinária do CONSED, onde debateu a Lei Federal 13.415/2017, o site EBC Agência Brasil lançou no dia 18/08/17, o que o presidente do CONSED, Idilvan Alencar também secretário de Educação do Ceará, diz sobre a reforma:

“Fazer uma reforma do ensino médio sem ouvir os principais atores da educação faz com que seja muito complicada a implementação. É até fácil elaborar uma proposta de reforma e entregar pro congresso, mas na hora de implementar, o professor tem que ser ouvido e eu defendo isso fortemente.”  
(ALENCAR, 2017)

Desse o modo, o posicionamento do presidente é o mesmo da ANPED, em relação a consulta, proposta e participação do professor nesse processo de mudança, Agência Brasil (2018).

Outra instituição formadora de opinião e com pesquisas significativas na área da educação é a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem em seu site um espaço intitulado “Jornal da Ciência”, que na data de 16/01/2018 lança uma matéria chamada “O que os alunos esperam da reforma do Ensino Médio”, pegando depoimento de vários alunos em diferentes contextos sociais.

Escutando 209 alunos de 14 estados brasileiros. Dos entrevistados cerca de 14% não sabiam nada relacionado a reforma e entre os que sabiam, 33% relataram já ter escolhido a área que seguirão.

Ainda nessa matéria, traz alguns depoimentos desses estudantes, destaco alguns, como a da estudante Camila Odete Silva, 17, de Alagoas, afirma que a princípio a Reforma do Ensino Médio parecia positiva, impressão desfeita após olhar a proposta em detalhes. *“Filosofia, artes, educação física e sociologia são disciplinas que tem de ser obrigatórias, pois são pontos fundamentais para a formação do cidadão, sem falar que priorizar uma das áreas de conhecimento levaria a uma desestruturação de conhecimento básico muito grande”.*

Para Melissa Garcia, de 15 anos, que mora em São Paulo, é muito difícil escolher uma área com tão pouca idade. *“Acho que mudanças são necessárias, mas os estudantes e a comunidade escolar deveriam participar*

*da elaboração de um novo ensino”, conta a jovem. “Eles colocam essa escolha, mas a gente nem tem direito de escolher”, afirma Letícia Maria Oliveira Ferreira, 16, do Ceará, sobre o fato de que muitos jovens terão de decidir entre trocar de área ou de escola. Esta segunda opção, mais provável entre os jovens, vai exigir tanto da família quanto do Estado uma logística e reorganização cuidadosa para evitar salas lotadas ou jovens estudando muito longe de casa (JORNAL DA CIÊNCIA, 2018).*

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), importante instituição do campo da Educação Física, fez duras críticas sobre a reforma lançando nota em seu site oficial (24/09/2016), argumentando que as alterações propostas são ilegítimas e ilegais por ser uma decisão sem consulta pública e que afetara no processo de formação dos estudantes, principalmente pela retirada de disciplinas do currículo do Ensino Médio:

Nós, membros do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, repudiamos veementemente a reforma proposta pelo Ministério da Educação denominada ‘Novo Ensino Médio’. Prevendo os efeitos perversos que trará à população brasileira, rejeitamos, entre outros, os seguintes pontos: a total falta de diálogo e consulta pública, conferindo ilegitimidade ao processo; a contratação de professores pelas redes de ensino sem formação específica e sem concurso, além de franquear clientelismos e favorecimentos de todas as espécies, contribuirá para desqualificação da docência enquanto profissão que requer um conjunto de saberes específicos adquiridos em cursos de graduação (CBCE, 2016).

Tendo em vista a grande representação dessa instituição para a Educação Física, ficou sua indignação acerca dessa proposta, apontando outros fatores importantes para esse posicionamento, como o caráter opcional das áreas de aprofundamento conforme oferta institucional que obstruirão o acesso dos estudantes pertencentes às camadas populares aos conhecimentos necessários para uma cidadania plena, e a retirada da obrigatoriedade dos componentes Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia.

Em outro documento publicado na data de 30/05/2017, o CBCE fez um pronunciamento sobre dos textos da BNCC, tendo em vista que houve contribuições iniciais do Grupo de Trabalho Temático (GTT) da Educação e o GTT de gênero na construção da primeira versão da Base, que foi compartilhada com os outros grupos de trabalhos da instituição que agregaram no material. (Manifesto Base GTT escola CBCE)

Especificamente sobre a Reforma do Ensino Médio, o GTT Escola lança um manifesto no dia 22/04/2018, no mesmo é dito que “a BNCC do Ensino Médio impetra de maneira absolutista uma lógica mercadológica, elitista e de manutenção de hegemonias disciplinares, em que o componente curricular Educação Física se torna invisível e descartável”, e reitera

dizendo “que trata da criação do Novo Ensino Médio, tem origem no golpe político-jurídico e midiático em curso no Brasil e é arquitetada pelos interesses privatistas e religiosos dos segmentos conservadores e empresariais da sociedade brasileira.” (GTT ESCOLA CBCE, 2018).

Outra representante da Educação Física, o CONFEF - Conselho Federal de Educação Física, posiciona-se contra a reforma, afirmando que a retirada da Educação Física em um momento de altos índices de obesidade infantil, se torna uma contrassenso sendo que a atividade física é a principal forma de combater esses mal:

O CONFEF considera um contrassenso que no momento em que inúmeras pesquisas apontam o crescimento da obesidade e do sedentarismo infanto-juvenil, e sabendo que a atividade física é a medida mais eficaz para evitar esse mal, o Governo Federal proponha a retirada da Educação Física do Ensino Médio. Sobretudo por se tratar do país que acabou de atravessar a década de megaeventos esportivos, sediando recentemente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, onde ficou clara a importância da atividade física na manutenção da saúde e da formação cidadã (CONFEF, 2018)

Desta forma, o Conselho Federal de Educação Física se comprometeu a fazer todo o esforço possível junto ao Congresso Nacional a fim de rejeitar a medida. Contando ainda com o apoio dos Profissionais de Educação Física e da sociedade em geral para trabalhar junto aos Deputados e Senadores dos seus respectivos estados a reprovação da proposta.

De maneira sintética, podemos identificar que a base do governo considera o atual modelo de ensino médio engessada, com sobre carga de disciplinas e sem sentido perante aos estudantes, aponta índices estagnados como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que está longe de se alcançar a nota estipulada como a ideal, dessa maneira, diminuir a carga de disciplinas, flexibilizar o currículo e ofertar cursos técnicos, seriam então para o governo vigente, a melhor maneira de atribuir sentido para essa etapa do ensino.

Para aqueles que defendem a reforma e suas características, fica claro o descontentamento com o ensino médio, apontam que essa reforma da autonomia aos estudantes para aprofundar os conhecimentos que lhe interessam ou optando em um curso técnico que seria a possibilidade de entrada no mercado de trabalho, fazendo valer seu protagonismo.

Entretanto, para aqueles que discordam, é enfatizada a maneira em se foi decidido a reforma, apontando que uma medida provisória, mesmo possuindo força de lei, demanda menos tempo de discussão para aprovação de uma mudança tão significativa na formação de seres humanos, colocam a falta de participação de estudantes, professores e pesquisadores na construção do texto, falam do seu caráter mercadológico que não preparam para a cidadania,

tendo em vista que esse é principal objetivo do ensino médio previsto por lei e consideram a retiradas de disciplinas um retrocesso a tudo aquilo que se foi construído e agregado na escola em um longo percurso histórico.

Com isso podemos perceber que não se trata de um debate de consensos, que muito ainda está em aberto para melhorias e alterações, mas que infelizmente por estarmos em um governo onde as representações da sociedade civil são poucas consideradas e ouvidas, e as medidas do governo atual tem sido fisiologistas sem ouvir a vontade do povo, isso parece evidenciar nas próprias estatísticas de aceitação e aprovação do governo.

Desse modo, ao pensarmos em um momento da educação que tem a finalidade o desenvolvimento da criticidade e sendo ela a última etapa do processo de formação do ensino básico dos indivíduos, deve-se por obrigação moral e constitucional ofertar aos estudantes oportunidade de emancipação de leitura de contexto social, ou seja, saber identificar todos tudo aquilo que os cerca, e prepara-los para a inserção do mercado de trabalho, de forma que uma não se sobressaia da outra.

## **4. METODOLOGIA**

Nessa sessão discorreremos sobre o percurso metodológico adotado na pesquisa em questão, abordando o tipo de pesquisa, o universo e amostra, instrumentos de pesquisa e os procedimentos de produção e análise de dados. A proposta da presente investigação foi a de Identificar o estado de conhecimento de estudantes e dos professores sobre as mudanças propostas pela reforma do ensino médio, bem como, se os mesmos estão de acordo com a reforma sugerida.

### **4.1 Tipo de pesquisa**

Este trabalho caracteriza-se como uma Pesquisa social que buscou aproximação da abordagem qualitativa, visto que os objetivos envolvidos se empenham em responder a questões particulares e se preocupam com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2009). Ainda segundo essa autora a pesquisa qualitativa responde a questões muito reservadas, se atentando a um grau de realidade que não pode ser quantificado.

Esse trabalho também se utiliza da técnica de pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008, pg.28) essa técnica realiza “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Essa técnica de pesquisas é, juntamente com a exploratória, a que habitualmente os pesquisadores sociais utilizam preocupada com a atuação prática.

### **4.2 Sujeitos colaboradores da pesquisa**

Para o desenvolvimento da pesquisa, que teve o propósito de identificar o estado de conhecimento dos alunos sobre a Reforma do Ensino Médio, bem como se os mesmos estão de acordo com a reforma sugerida, tivemos como sujeitos colaboradores 95 alunos que frequentam a escola pública e 98 alunos da rede particular de ensino, as turmas disponibilizadas para a aplicação dos questionários foram um 1º ano e dois 3º ano do ensino

médio respectivamente na escola pública. Já na particular foram dois 1º ano e dois 2º ano do ensino médio.

Foram estabelecidos critérios para a escolha das escolas e dos participantes, o primeiro adotado foi: a) grandes e tradicionais escolas do município de Aracaju/Se; b) facilidade de acesso as escolas, considerando o curto tempo para desenvolvimento da pesquisa; c) grande número de estudantes que frequentem o ensino médio. A partir desses critérios, foi escolhida uma tradicional escola da rede publica e uma grande instituição da rede particular, ambas situadas no centro da cidade de Aracaju/Se.

### **4.3 Instrumentos de coleta dos dados**

O trabalho de campo, cuja centralidade está em investigar o estado de conhecimento dos estudantes acerca da reforma do ensino médio, foi organizado através do questionário como principal instrumento de produção dos dados.

O questionário é um instrumento de investigação que contém perguntas que são propostas a pessoas com a finalidade de colher informações sobre vários assuntos de interesse. Algumas das vantagens do questionário são: a possibilidade de se obter informações de grande número de pessoas; a não exigência de treinamento do pesquisador para ser aplicado e a garantia do anonimato dos respondentes (GIL, 2008).

Na presente pesquisa utilizamos o questionário com questões fechadas, composto por quatro blocos. O primeiro bloco teve o propósito de conhecer o perfil dos sujeitos colaboradores, o segundo bloco foi composto por questões sobre conhecimentos e opiniões sobre a reforma do ensino médio, o terceiro tratou das consequências da reforma na visão dos estudantes e o quarto bloco priorizou o componente curricular educação física na reforma do ensino médio.

É importante enfatizar que apesar de o questionário ser um instrumento da pesquisa quantitativa, nesta exploração, ele contribuiu para melhor entendimento dos dados qualitativos.

### **4.4 Procedimentos**

Para proceder à coleta de dados, percorremos algumas etapas. Primeiro entramos em contato com as instituições e através dos seus responsáveis, esclarecemos o propósito da pesquisa e solicitamos autorização para procedermos a aplicação do instrumento de coleta dos dados, evidenciando os princípios éticos com as informações que ali seriam coletadas.

Mediante o consentimento das respectivas instituições, iniciamos a segunda etapa da coleta, que consistiu na entrega e preenchimento dos termos de consentimento livre e esclarecido, seguido do preenchimento dos questionários pelos alunos. Finalizamos esta etapa com a participação de 95 alunos da escola pública dos 1º e 3º anos do ensino médio e 98 alunos do 1º e 2º ano da escola privada, totalizando 193 questionários respondidos. Esta etapa foi desenvolvida entre os meses maio e junho de 2018.

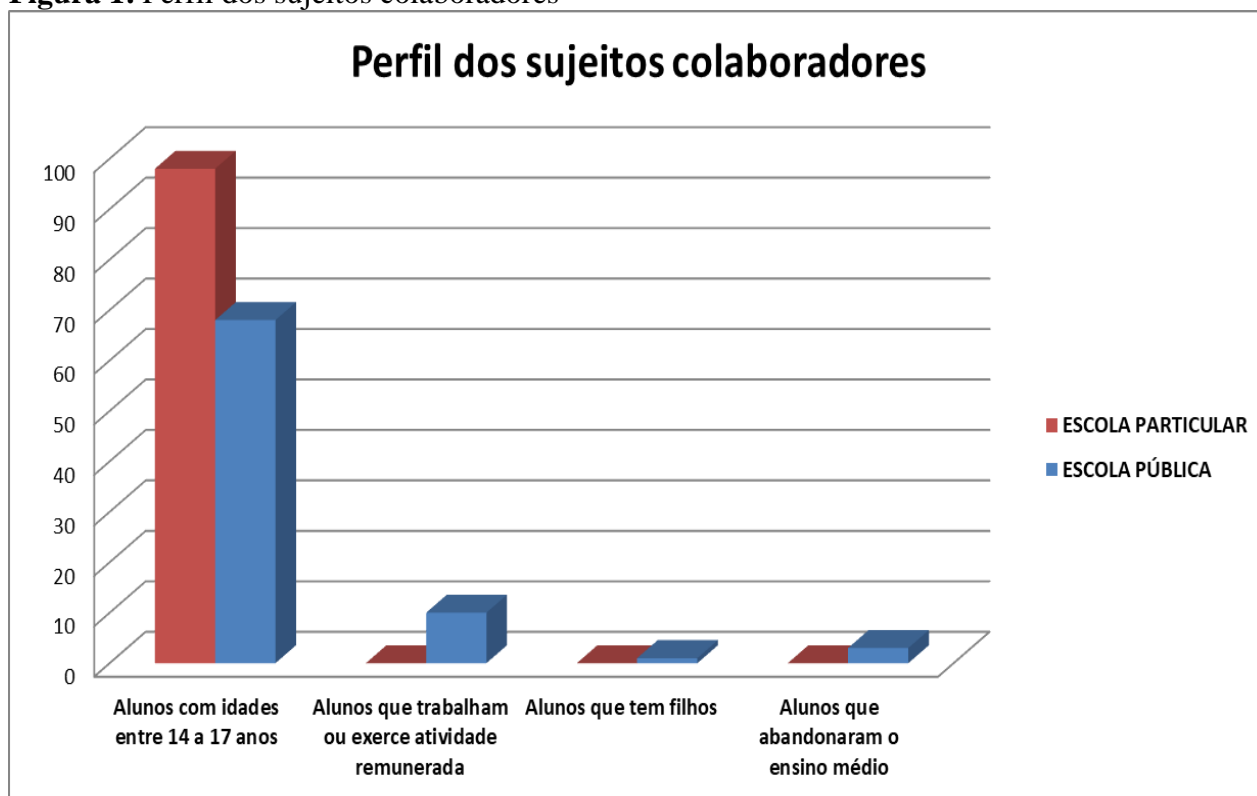
O momento seguinte caracterizou-se pela organização dos dados, através da tabulação dos questionários respondidos pelos alunos, em seguida, os dados foram analisados por meio de análise textual, a qual se desenvolveu mediante a fragmentação do material lido. Nesse processo, procuramos integrar análise e síntese, baseadas em uma leitura cuidadosa, descrevendo e interpretando significados e fenômenos, conforme a literatura escolhida.

## **5. APRESENTACAO E DISCUSSAO DOS DADOS**

A partir de agora passaremos a apresentar os dados empíricos obtidos através de nosso instrumento de coleta dos dados. Os dados serão apresentados e analisados conforme a estrutura do questionário dialogando com os trabalhos que fundamentaram nossa revisão de literatura.

### **5.1 Perfil dos Sujeitos Colaboradores**

O primeiro bloco do questionário teve o propósito de conhecer o perfil dos sujeitos colaboradores da nossa pesquisa através das variáveis que julgamos relevantes, como idade, se trabalha ou exerce atividade remunerada, se tem filho ou se já abandonou por algum motivo o ensino médio.

**Figura 1:** Perfil dos sujeitos colaboradores

**Fonte:** O próprio autor

Os alunos da escola particular que colaboraram com a pesquisa 100% deles estão entre 14 e 17 anos de idade, com o maior número de alunos com 15 anos, os estudantes da escola pública 70% deles estão entre 14 e 17 anos, o maior número de alunos corresponde aos 17 anos, os outros 30% são os alunos com a maior idade, com 18 e 19 anos. Sobre aqueles que trabalham ou exercem atividade remunerada, nenhum aluno que frequenta a escola particular trabalha, dentre os da escola pública 9% dos estudam afirmam que trabalham.

Sobre aqueles que têm filhos, nenhum estudante da rede privada afirmou ter filho. Quanto a escola pública, apenas um aluno afirmou que tem, sendo esse a justificativa para o abandono do ensino médio.

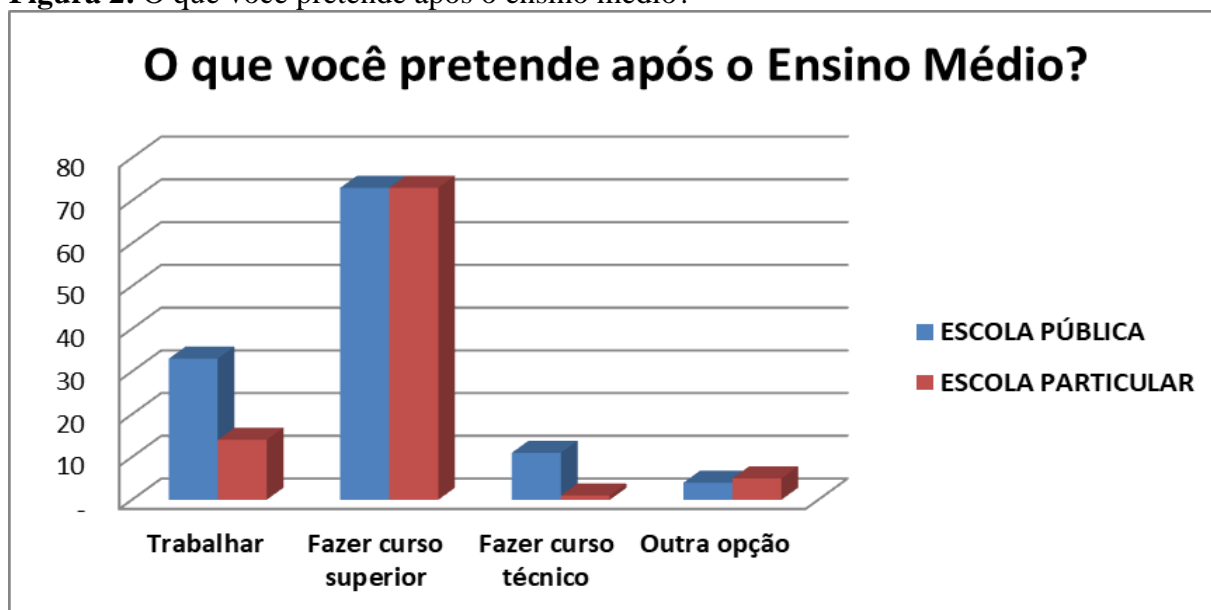
No tocante a evasão, 3% dos estudantes da escola pública afirmaram ter dificuldades na continuidade dos estudos, sendo a necessidade de trabalhar, o principal motivo para tal acontecimento.

A ideia de se fazer uma análise que leva em conta os fatores sociais, não é de se fazer apenas um comparativo entre os estudantes de escola pública e particular, mas de entender os determinantes sócios existentes e a relação dessas com as respostas obtidas, a fim de saber de que maneira esses aspectos interferem nos pensamentos dos jovens sobre a temática.



Nesse contexto, a primeira pergunta do questionário foi “O que você pretende após o ensino médio?”, a fim de saber as intenções deles sobre o futuro pós ensino médio, e foi dado as opções trabalhar, fazer curso superior, fazer curso técnico ou se tinha outra opção, com isso conseguimos os seguintes resultados:

**Figura 2:** O que você pretende após o ensino médio?



**Fonte:** O próprio autor

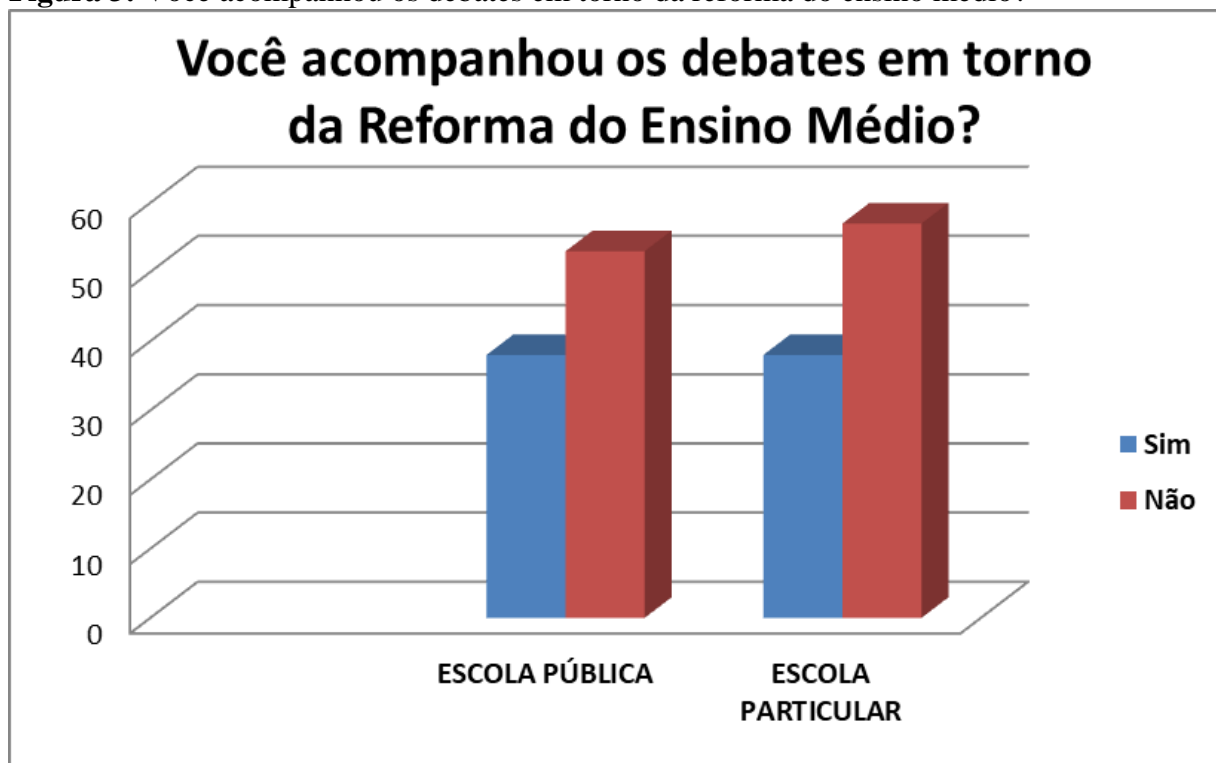
Podemos notar que aproximadamente 70% dos estudantes, tanto da escola pública quanto da escola particular, pretendem ingressar no nível superior, menos de 1% dos estudantes da escola particular optaram pelo curso técnico, diferentemente dos estudantes da escola pública correspondem a 13% dos que querem fazer o curso técnico. Aproximadamente 4% dos alunos da particular declararam outra opção, quase o mesmo valor aproximado dos estudantes da pública. A preferência dos alunos da pública em trabalhar corresponde a cerca de 30%, tendo em vista que como já vimos 9% deles já trabalham. Entre os alunos da rede privada esse percentual é menor, por volta de 10% dos que pretendem trabalhar.

## 5.2 Conhecimentos e opiniões sobre a reforma do ensino médio

O segundo bloco do questionário, teve o propósito de conhecer o estado de conhecimento dos estudantes sobre a reforma do ensino médio. Para tanto, formulamos duas perguntas: **Você acompanhou os debates em torno da Reforma do Ensino Médio? Você é favorável a Reforma do Ensino Médio?**

Quanto à primeira pergunta, obtivemos as seguintes respostas conforme gráfico abaixo.

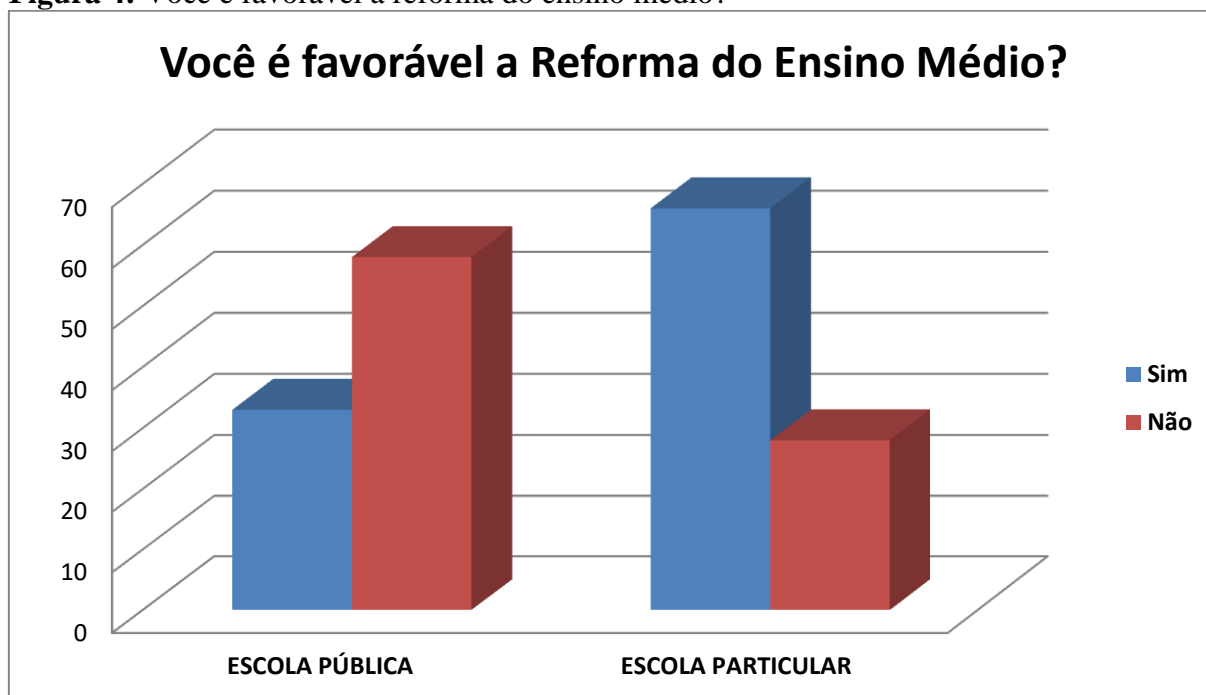
**Figura 3:** Você acompanhou os debates em torno da reforma do ensino médio?



**Fonte:** O próprio autor

Com o gráfico é perceptível que mais de 50% dos estudantes da escola pública não acompanharam nada relacionado a reforma do ensino médio, o mesmo serve para os da rede privada, que aproximadamente 55% dos estudantes também não acompanharam os debates acerca da reforma, tendo em vista que durante a aplicação dos questionários foi explicado que esse acompanhamento poderia ser online, alguma palestra promovida pela escola ou em qualquer outro lugar, dentre outras opções acessíveis aos estudantes. Alguns deles me perguntaram “que reforma era essa”, pois não sabiam do que se tratava.

Partindo para a segunda pergunta desse bloco, que teve como finalidade identificar se os estudantes estão de acordo com a reforma no tocante as suas características e diferenças com o ensino médio vigente. Obtivemos as seguintes respostas, conforme evidencia o gráfico abaixo.

**Figura 4:** Você é favorável a reforma do ensino médio?

**Fonte:** O próprio autor

Observamos que 64% dos alunos da escola particular concordam com a reforma. Esse dado revela uma significativa contradição ou ausência de leitura crítica por parte dos estudantes no que tange aos fatos políticos educacionais em torno do ensino médio, mesmo sabendo através da questão anterior que a maioria deles não acompanharam as propostas do governo referente a reforma.

Sobre os estudantes da escola pública, vimos que mais de 50% deles também não acompanhou as discussões a respeito, e mesmo assim 62% não concordam, alguns alunos optaram em deixar a questão em branco e colocaram ao lado que não sabia ou que não acompanhou.

Quando se pensa uma proposta de reformulação na estrutura educacional do país, nela são apresentados os interesses do governo na educação para o Brasil. No que se refere á essa Reforma Mota e Frigotto (2017) dizem que a sua base tem uma política econômica de capitalismo dependente, ou seja, quaisquer decisões na educação são antes de tudo decisões políticas.

Nesse contexto, a relação da juventude com a política é importante para entender o que se pretende com essas alterações. Esse bloco nos mostra uma contradição dos estudantes, que em sua maioria, não acompanharam o debate sobre a Reforma e mesmo assim concordam com as mudanças. Essa desinformação é um reflexo da juventude em um modo geral, como diz Tomizaki (2018) que as pesquisas empíricas e o debate teórico mais recentes tendem a

apontar que, menos que “desinteressados” ou “apáticos” diante da política, os jovens se mostram, sobretudo, desiludidos com a “política tradicional”.

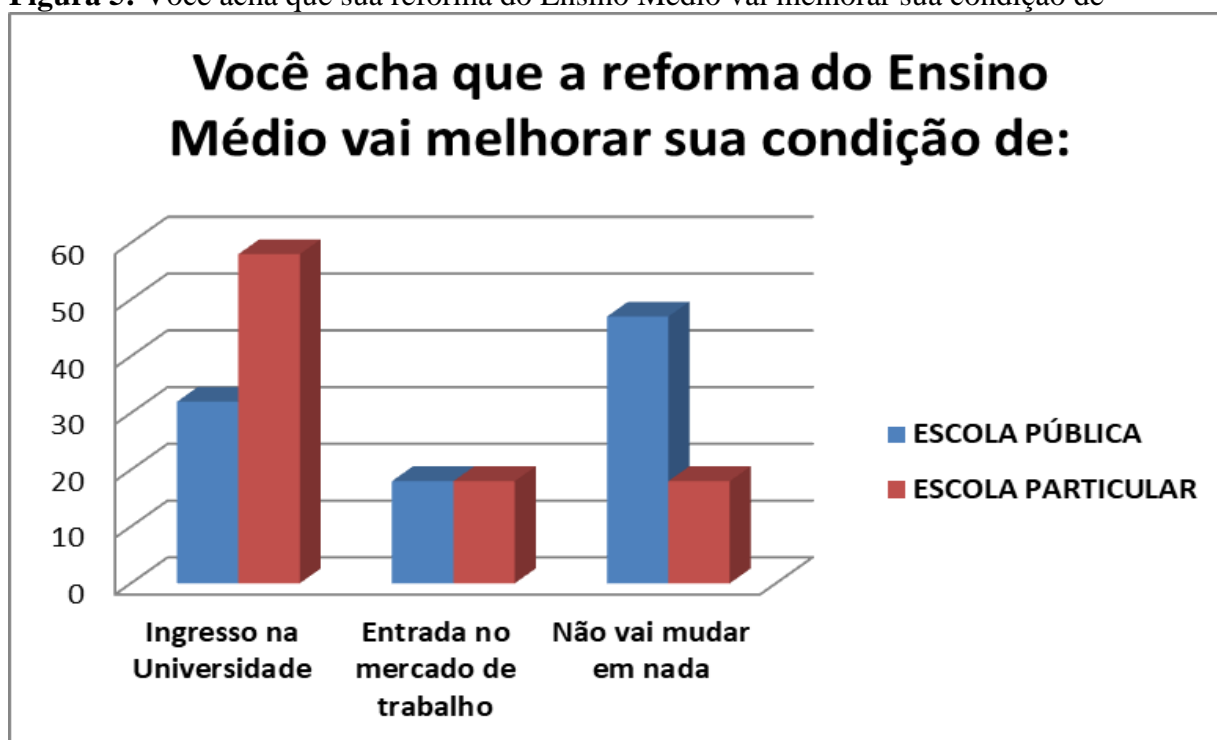
Ainda sobre a referida contradição, é notado que os estudantes da escola pública, também não acompanharam, entretanto eles, em sua maioria, não concordam com a Reforma. Sobre isso é importante esclarecer que “falar de juventude sempre significa falar de juventudes, no plural, uma vez que essa experiência fica condicionada a determinadas condições de ordem social/econômica (origem e classe social de pertencimento), cultural e geográfica (etnias, identidades religiosas, tradições culturais, valores). TOMIZAKI (2018, pg. 219)”.

### 5.3 Consequências da reforma na visão dos estudantes

Nesse terceiro bloco, buscamos entender na perspectiva dos estudantes, quais possíveis consequências dessa Reforma. Para tanto, cinco perguntas constituíram o referido bloco.

A primeira pergunta buscou entender em que a reforma do ensino médio contribui nas mudanças das condições dos estudantes para alcançar seus objetivos.

**Figura 5:** Você acha que sua reforma do Ensino Médio vai melhorar sua condição de



**Fonte:** O próprio autor

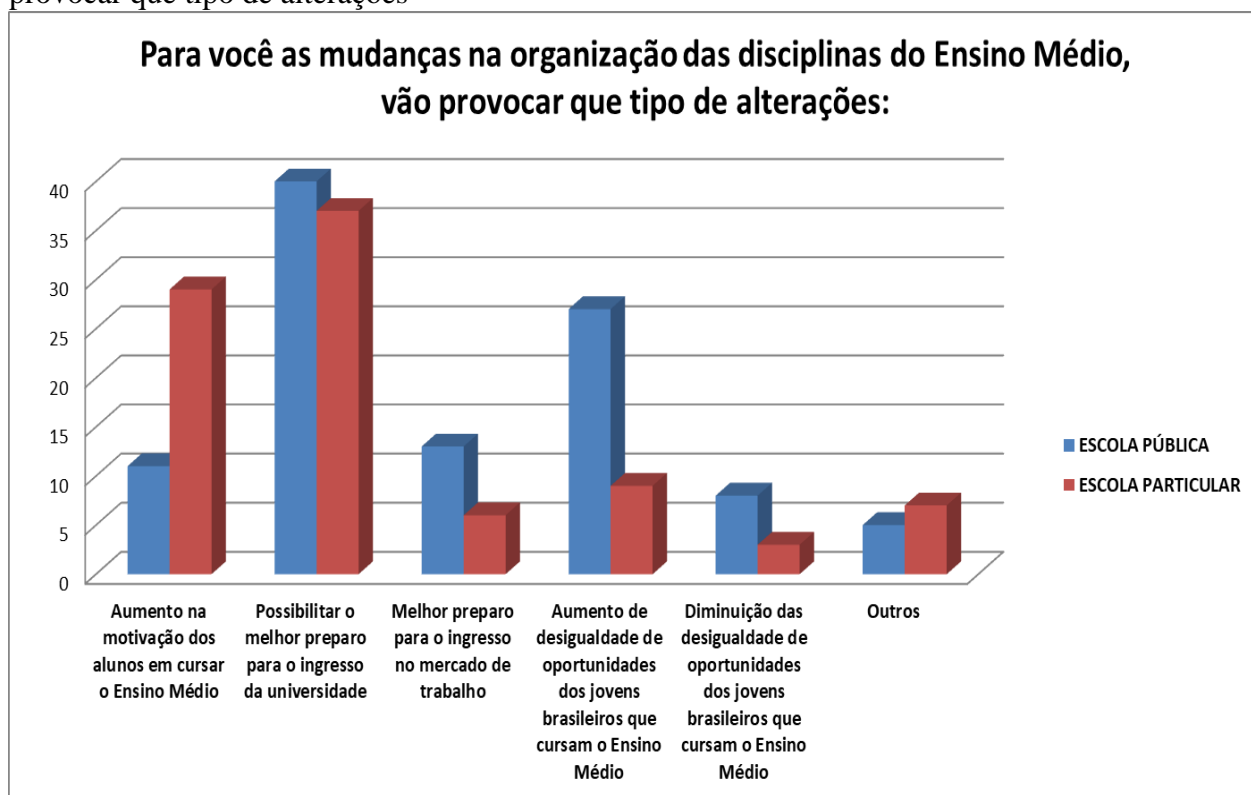
O ingresso na universidade foi escolhido por 31% dos alunos da rede pública, diferentemente dos estudantes da escola particular que 54% dos alunos acreditam que esse novo modelo de ensino vai melhorar na inserção da universidade, sobre a entrada no mercado de trabalho poucos são aqueles que acreditam nessa opção, aproximadamente 17% dos alunos da pública e 16% dos estudantes da privada, os estudantes da escola públicas foram os mais descrentes em uma possível melhoria por volta de 50% acreditam que não vai mudar em nada, que não vai resolver os problemas existentes atualmente.

Franco (2001, p. 168) ressalta que as “sucessivas reformas a que tem sido sistematicamente submetido o ensino médio, no Brasil, buscando romper a clássica dicotomia propedêutico/profissionalizante”, essa dualidade, como foi mostrado no gráfico, se mantém presente no imaginário dos estudantes, mesmo com esse novo ensino médio.

A segunda questão deste bloco, objetivou identificar a opinião dos alunos sobre as consequências referentes as mudanças na organização das disciplinas do currículo do ensino médio. Nesta questão, o aluno assinalava uma ou mais alternativas. A saber: **a)** aumento na motivação em cursar o ensino médio, **b)** qualifica melhor o aluno para o ingresso no ensino superior, **c)** qualifica melhor para quem deseja ingressa no mercado de trabalho, **d)** a reforma irá aumentar ou diminuir as desigualdades entre os estudantes brasileiros.

Para aqueles alunos que não se identificaram com nenhuma dessas possibilidades, foi deixado o espaço “Outros”, no qual o estudante poderia tecer seu comentário.

**Figura 6:** Para você as mudanças na organização das disciplinas do Ensino Médio, vão provocar que tipo de alterações



**Fonte:** O próprio autor

Podemos notar algumas diferenças entre as respostas dos estudantes da escola pública e particular, no que se refere ao aumento na motivação. Os alunos da rede particular correspondem a 29% que concordam com essa possibilidade, contra 11% dos estudantes da escola pública que compactua com essa opinião. Sobre o melhor preparo para a inserção na Universidade foi a opção mais escolhida entre todos, com 39% dos jovens da rede particular e pouco mais de 40% dos alunos da escola pública.

Poucos são os alunos que acreditam que essa reorganização vai melhorar o preparo para o ingresso no mercado de trabalho. Apenas 13% dos jovens da rede pública e 6% da escola particular. No tocante a opção aumento na desigualdade de oportunidades, é notado no gráfico uma diferença acentuada nas opiniões, 28% dos estudantes da escola pública afirmam que as desigualdades irão aumentar contra apenas 8% dos estudantes que frequentam a escola particular. No que se refere a diminuição das desigualdades 6% dos alunos da escola pública acreditam nessa possibilidade, e apenas 3% do pessoal da escola particular concordam.

Quanto a opção “Outros”, que deixa espaço para que os alunos expressassem seu pensamento através da escrita, dentre os estudantes da escola particular, 6% foram os alunos

que fizeram essa escolha, alguns desses acham que a retirada das disciplinas é uma forma de censura:

“Promoverá censura de assuntos importantes para formação educacional do aluno.” (Aluno 01).

“Írá censurar assuntos importantes para a formação como cidadão, ex: artes, filosofia...” (Aluno 02).

Outros estudantes, também da escola privada, ressaltam que essas mudanças afetaram na formação da cidadania e do senso crítico:

“Com essa reforma, formará estudantes e cidadãos sem senso crítico já que querem tirar sociologia, filosofia, artes e história!” (Aluno 03).

“O negligenciamento de disciplinas importantes, como: sociologia” (Aluno 04).

Já os estudantes da escola pública, 7%, fizeram críticas acerca dessas alterações, conforme podemos observar em trechos de algumas falas:

“Falta de conhecimentos necessários no ensino médio” (Aluno 01).

“Muitos alunos saíram das escolas pois trabalham, fazem cursos ou seja muitos alunos ficaram sem estudar” (Aluno 02).

“Vai fazer com que a maioria dos alunos tenha regressão ao ensino, já que ele terá que escolher cinco matérias.” (Aluno 03).

“O desinteresse em certas áreas e a precarização do ensino. Que já não é grande coisa”. (Aluno 04).

Outros alunos demonstram preocupação com estudantes que necessitam conciliar o trabalho com os estudos, e falam também de uma falta de comprometimento social:

“Fazer com o que os jovens, principalmente de escolas públicas parem de pensar” (Aluno 05).

“Vai provocar no desempenho dos adolescentes que estudar pela manhã e trabalha pela tarde”, (Aluno 06).

“A falta de um comprometimento social (foi censura)” (Aluno 07).

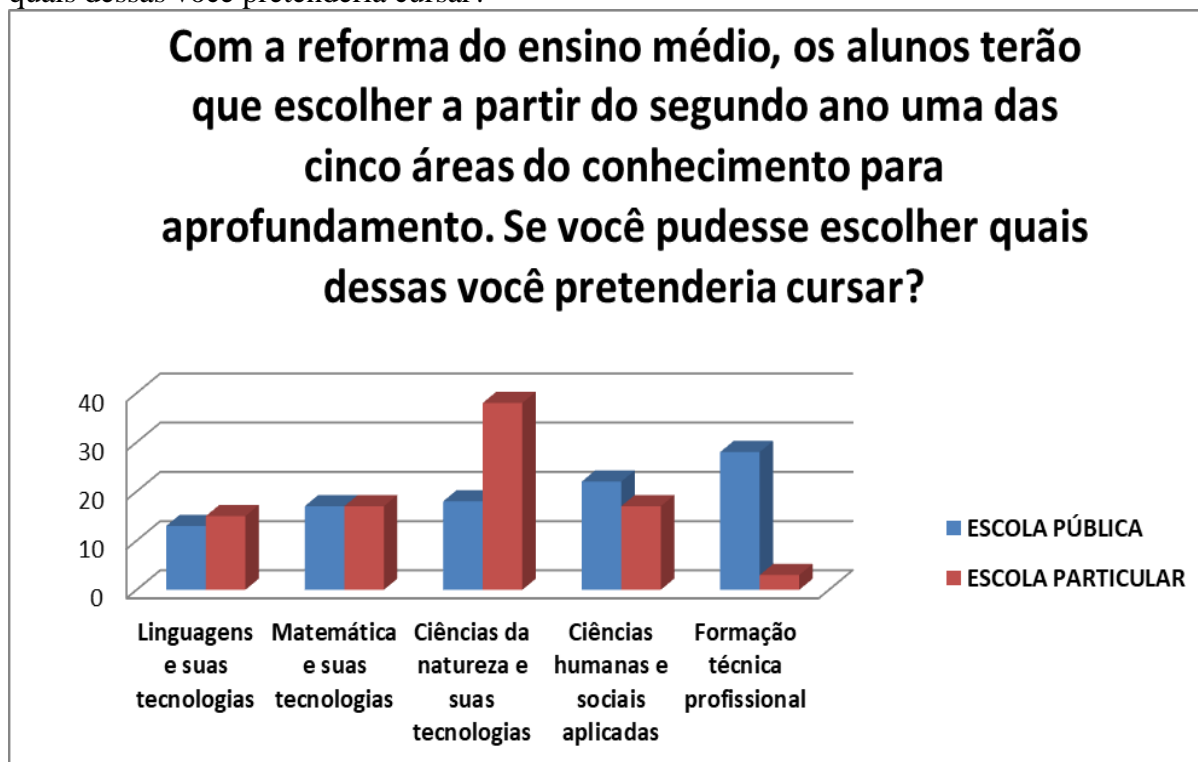
Discorrendo a partir do olhar dos estudantes sobre possíveis alterações oriundas da Reforma, vimos que os jovens que frequentam a escola particular, em sua maioria, acreditam que essa reformulação vai melhorar na preparação para inserção no nível superior de ensino. Em contrapartida, também é percebível que os alunos da escola pública acham que não vai ter mudanças significativas em comparação ao Ensino Médio atual.

Sobre o pensamento de uma melhoria para o ingresso na Universidade, retomo o que Cunha (2005, p. 36) afirma, ao dizer que “no Brasil, o Ensino Médio, historicamente, esteve

organizado na perspectiva de preparar o jovem para o Ensino Superior, com oferta limitada de vagas que eram destinadas às elites”. Isso reflete no “direito de escolha dos jovens” tão afirmado e defendido pelo governo como uma das justificativas na implantação dessa Reforma.

Partindo para a terceira questão que compôs o presente bloco, a intenção foi conhecer a preferência dos alunos diante das cinco competências específicas presentes no novo ensino médio. Foi apresentada como opção para alunos os itinerários formativos presentes no texto da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o ensino médio. As respostas evidenciaram as seguintes preferências:

**Figura 7:** Com a reforma do ensino médio, os alunos terão que escolher a partir do segundo ano uma das cinco áreas do conhecimento para aprofundamento. Se você pudesse escolher quais dessas você pretendia cursar?



**Fonte:** O próprio autor

Podemos notar a partir do gráfico que o campo das linguagens e suas tecnologias foi escolhida por aproximadamente 12% dos estudantes da escola pública e por 13% dos alunos da escola particular. Matemática e suas tecnologias foi optado por 16% dos alunos tanto da escola pública quanto particular, ciências da natureza e suas tecnologias foi escolhida por 16% dos jovens da escola pública contra 35% dos estudantes das escolas particulares, uma diferença relativamente grande entre os alunos.



As ciências humanas e sociais aplicadas foi escolhida por 21% dos alunos da escola pública e por 15% dos que estão na particular. No que se refere a formação técnica profissional houve uma discrepância entre os estudantes, sendo escolhida por aproximadamente 28% dos alunos da rede pública e apenas 3% da rede privada de ensino.

Alguns alunos da escola pública demonstraram seu descontentamento e optaram por expressar seus respectivos pensamentos através da escrita:

“Eu pretendo cursar todas, para mim todas são de suma importância na formação do jovem seja em caráter social ou acadêmico” (Aluno 01).

“Quero fazer todas as matérias que tenho direito, humanas e exatas” (Aluno 02).

Sobre o depoimento desses alunos, Cortella (2004, p.116), fala sobre a falta de preocupação com os interesses dos alunos e a relação disso com os conteúdos previstos na escola. Para ele, é visível

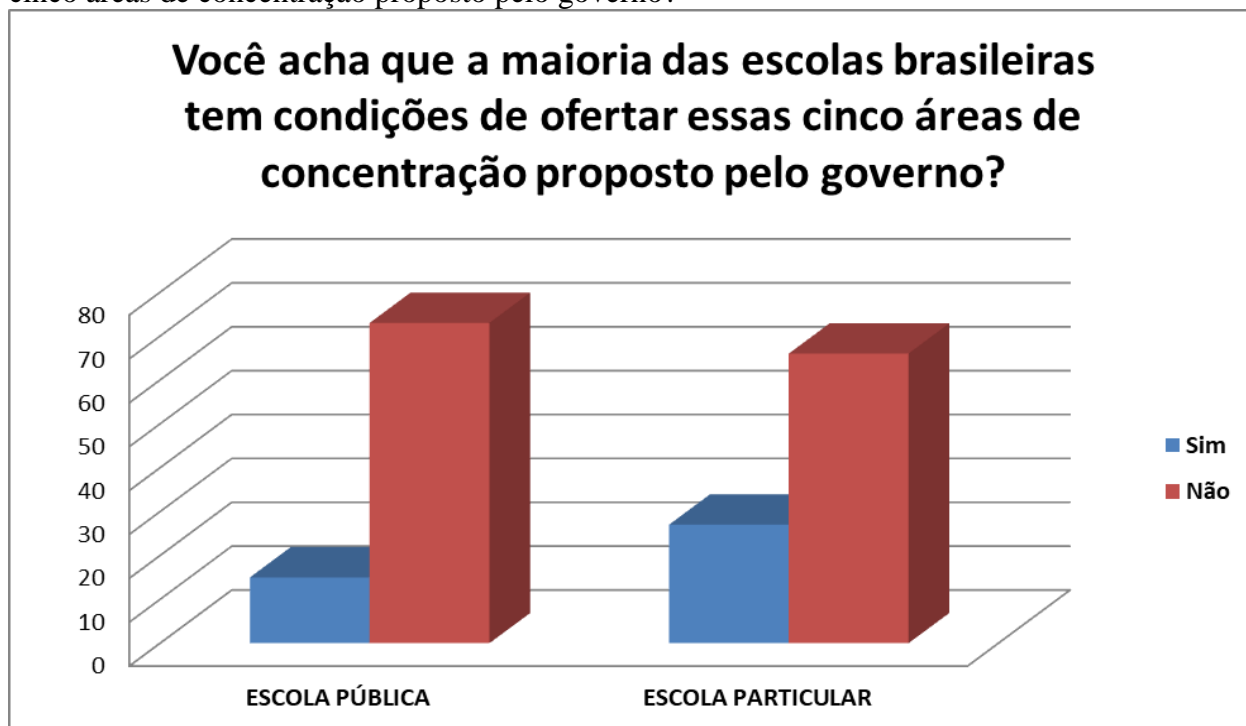
[...] que parte substancial do desinteresse (e da “indisciplina”) encontrada em muitos dos nossos alunos pode ser atribuída ao distanciamento dos conteúdos programáticos em relação às preocupações que os alunos trazem para a escola. Essas preocupações raramente são conhecidas por nós, educadores; com frequência supomos que qualquer conteúdo, a priori, é válido e deve interessar aos aprendizes, pois, afinal, foi por nós escolhido e “sabemos o que é bom para eles”.

Franco (2001, p. 169) aponta que essa organização já era prevista em outra tentativa de criação de uma Base Nacional Comum:

A Resolução de n.15, do Conselho Nacional da Educação, propõe que esta base nacional comum seja organizada em três áreas de conhecimento, assim denominadas: Códigos e Linguagens e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Para estas áreas está previsto um tratamento metodológico mediante o qual se evidencie a inter e transdisciplinaridade no âmbito dos conteúdos a serem escolhidos, devendo seu eixo aglutinador passar por revisões periódicas.

A quarta questão buscou evidenciar o que os alunos acham sobre as condições das escolas em oferecer as cinco áreas de conhecimentos previstas na reforma do ensino médio.

**Figura 8:** Você acha que a maioria das escolas brasileiras tem condições de ofertar essas cinco áreas de concentração proposto pelo governo?



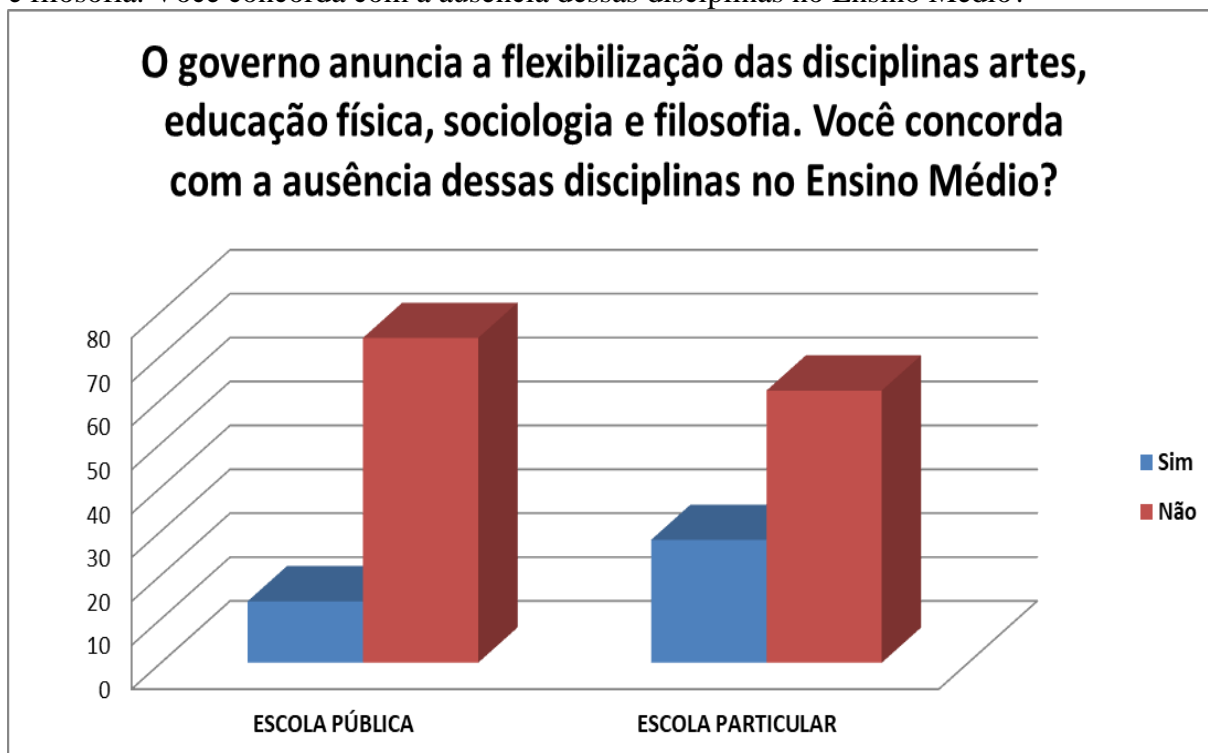
**Fonte:** O próprio autor

É notado um consenso entre os estudantes, sendo percebido através do gráfico que a opção “**Não**” foi optada por 73% dos estudantes da escola pública, enquanto os alunos da escola particular correspondem a 61% dessa mesma opinião, os estudantes da escola pública são mais descrentes em relação a isso. Nessa questão alguns alunos deixaram em branco.

Franco (2001, p. 170) fala sobre as condições das escolas do ensino médio no Brasil, para ela essas instituições ocupam prédios inacabados e mal equipados, e que enfrentam dificuldades para preencher seus quadros com professores especializados.

A quinta e última pergunta desse bloco se referiu ao que o governo se chamou como flexibilização de disciplinas, que na primeira versão da BNCC do Ensino Médio propusera a retirada de matérias dentre elas a educação física, nesse contexto, busco dos alunos a opinião a respeito de tal mudança, desse modo à pergunta se baseou se estão de acordo com isso, conseguimos os seguintes resultados conforme o gráfico:

**Figura 9:** O governo anuncia a flexibilização das disciplinas artes, educação física, sociologia e filosofia. Você concorda com a ausência dessas disciplinas no Ensino Médio?



**Fonte:** O próprio autor

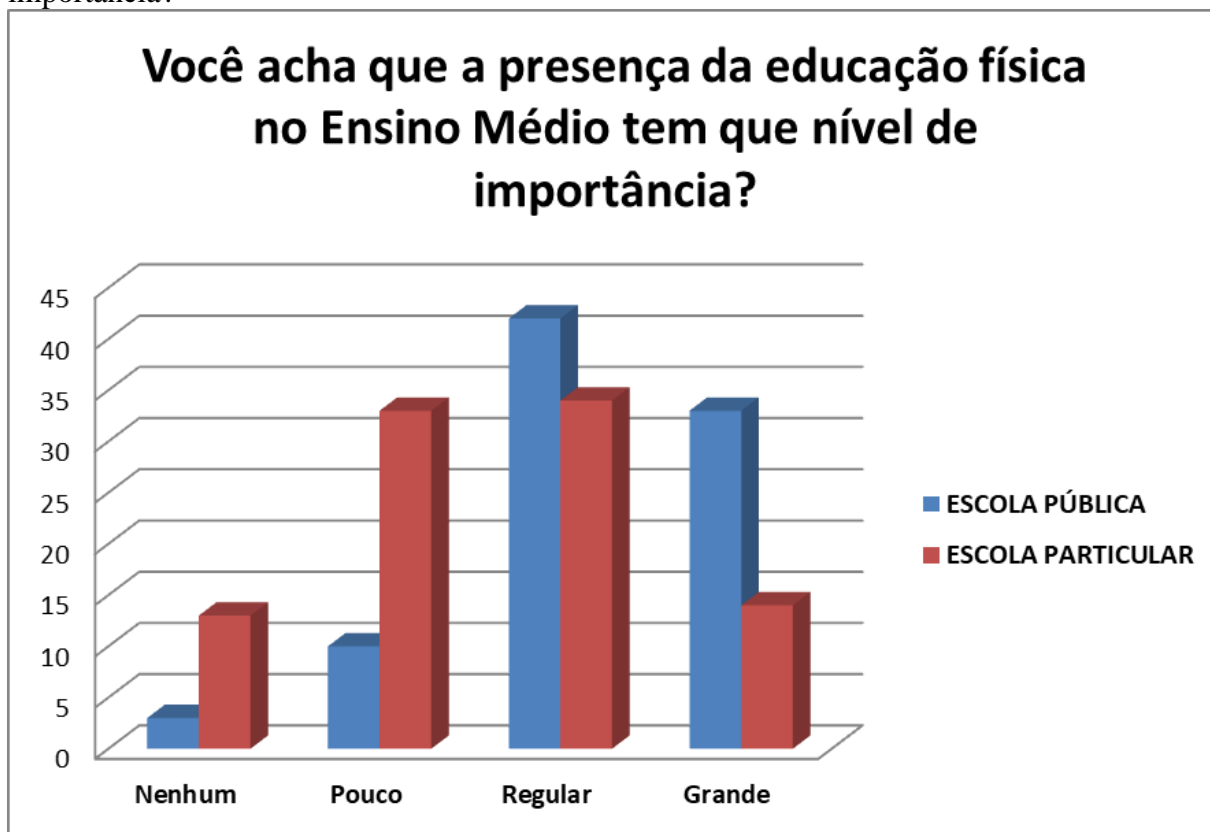
É notado que 75% dos estudantes da escola pública são contrários a ausência ou flexibilização dessas disciplinas, os alunos da rede particular correspondem a 65% dos que não concordam. E percebível que cerca de 30% desses jovens então concordam tal atitude. Alguns jovens deixaram essa opção em branco.

Nesse momento é notada uma preferência entre os alunos da escola pública em fazer o curso técnico no Ensino Médio, em contra partida, os estudantes da rede particular optam pela formação específica voltada para a área das ciências da natureza e suas tecnologias.

#### 5.4 O componente curricular Educação Física na Reforma do Ensino Médio

A primeira questão desse bloco contempla especificamente a opinião dos estudantes em relação à relevância educação física escolar nessa etapa de ensino, a pergunta buscou saber qual o nível de relevância dessa disciplina no ensino médio, conseguimos tais resultados:

**Figura 10:** Você acha que a presença da educação física no Ensino Médio tem que nível de importância?



**Fonte:** O próprio autor

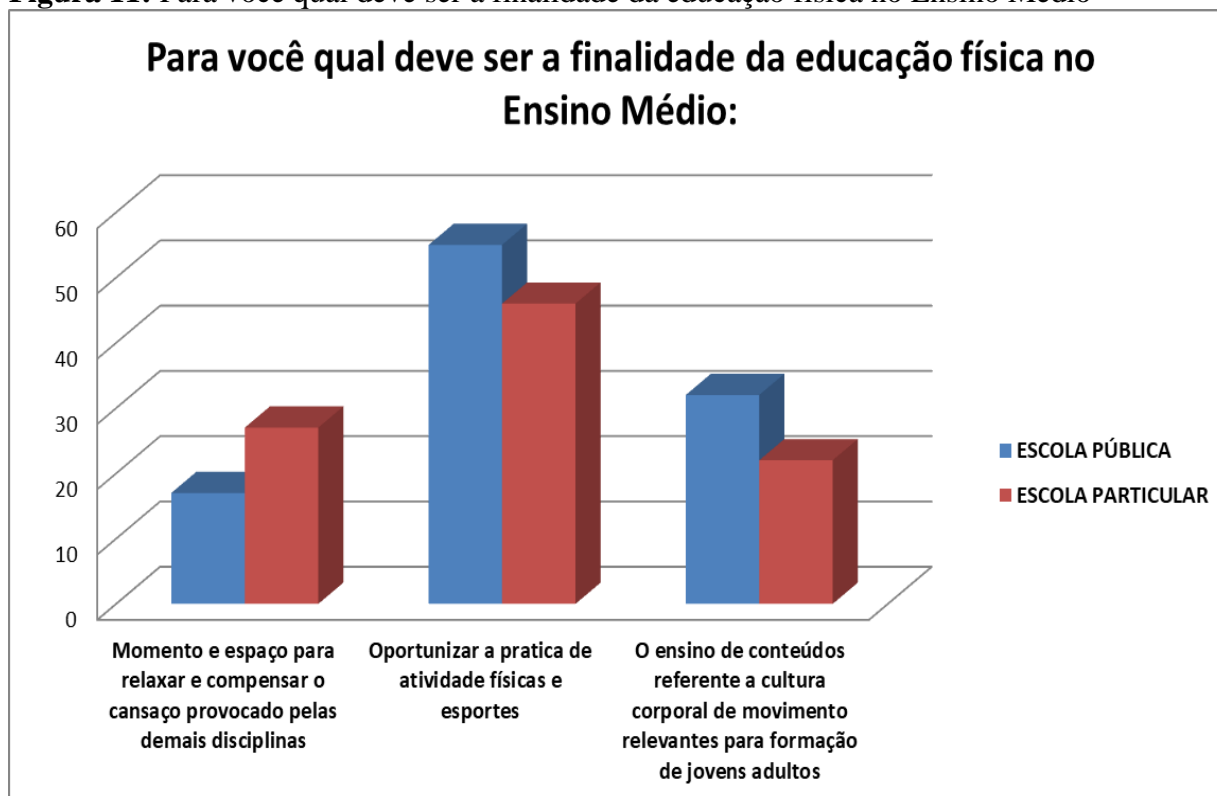
Como é percebido no gráfico a opção “**nenhum**” foi escolhido por apenas 2% dos alunos da escola pública e por 12% dos que estão na particular. A alternativa “**pouco**” foi optado por 9% dos alunos da escola pública e por 31% dos alunos da particular, uma diferença muito grande entre as opiniões. A opção “**regular**” foi optada por 36% dos estudantes da escola pública contra 31% da particular. No que se refere a “**grande**” os alunos da pública de ensino correspondem a 29% contra apenas á 13% do pessoal da rede privada.

Como foi mostrado, o olhar para a educação física no ensino médio, o aluno da escola particular em grande parte concorda com a reforma, relacionando com essa questão, é perceptível que essa disciplina não se encaixa para o novo caráter do ensino médio, seja ele ingresso no nível superior ou inserção no mercado de trabalho, e nem para os objetivos desses alunos após o termino do ensino médio, que como já vimos a maioria deles pretende adentrar no nível superior. O pessoal da escola pública teve como principais escolhas as opções Regular e Grande respectivamente.

A segunda indagação desse último bloco buscou ver o olhar dos alunos sobre a utilidade da educação física no ensino médio, a fim de saber a finalidade da educação física no Ensino Médio, as opções dadas tocam em alguns paradigmas da educação física escolar,

no que se refere as aulas como espaço de recreação sem nada a ensinar, desenvolver praticas corporais sem conteúdos e significados ou sua real função de formar sujeitos a partir da sua especificidade, nesse contexto conseguimos os seguintes resultados:

**Figura 11:** Para você qual deve ser a finalidade da educação física no Ensino Médio



**Fonte:** O próprio autor

Fica nítido no gráfico que a opção **Momento e espaço para relaxar e compensar o cansaço provocado pelas demais disciplinas**, foi escolhida por 17% pelos os alunos da rede pública e por 25% dos alunos que frequentam a particular. A alternativa **Oportunizar a pratica de atividade físicas e esporte**, foi a mais escolhida por ambos os alunos com 50% dos estudantes da pública e 43% da privada, tal fato mostra que o que mantém a educação física no contexto escolar é a pratica esportiva, mesmo que com o movimento renovador tenha se desenvolvidos abordagens que contemplam a cultura corporal de movimento, de maneira que contribua para a formação e desenvolvimento da criticidade dos estudantes.

A opção, **O ensino de conteúdos referente a cultura corporal de movimento**, apesar de não ter sido a mais escolhida, teve uma quantidade significativa de alunos que corroboram com tal perspectiva, especificamente 33% da escola pública e 20% da particular, que me faz acreditar que uma semente foi plantada para desenvolvimento de uma educação física para além do esporte.

Dentro da especificidade da educação física, as aulas devem proporcionar conhecimento aos alunos, não ficando somente no ato motor. Por conhecimento compreendemos processos mentais, cognitivos, adquiridos por meio de elementos teóricos. (HONORATO, 2017).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho que chega na reta da sua conclusão, ainda que provisória, teve como objetivo identificar o estado de conhecimento dos estudantes sobre as mudanças propostas pela reforma do ensino médio, bem como, se os mesmos estão de acordo com a reforma sugerida. Para o desenvolvimento desse trabalho após a nossa revisão de literatura e os procedimentos metodológicos, contamos com a colaboração de 193 estudantes do ensino médio de duas grandes escolas da cidade de Aracaju/Se, sendo uma escola da rede privada e uma instituição da rede pública de ensino.

Sobre os sujeitos colaboradores desse trabalho buscamos apresentar alguns aspectos sociais na qual estão inseridos, podemos então considerar como principais constatações a faixa etária dos estudantes que variam entre 14 e 17 anos, podemos também notar que nenhum estudante da rede particular trabalha, tem filhos ou já abandonaram o ensino médio por qualquer motivo, diferentemente dos alunos da escola pública.

Em seguida procuramos mostrar o estado de conhecimento e as opiniões sobre a reforma do ensino médio no olhar dos estudantes. Pudemos então perceber o pouco acompanhamento em debates, campanhas ou qualquer informação dos alunos a respeito das propostas da reforma do ensino médio.

Outra constatação importante que alcançamos foi o olhar dos estudantes para possíveis consequências da Reforma. Obtivemos resultados a exemplo das prováveis melhorias nas condições de aprendizagem, apontadas pelos alunos que frequentam a escola particular, afirmando que vai melhorar no ingresso do ensino superior, diferentemente dos estudantes da escola pública que, em sua maioria, acreditam em nenhuma mudança significativa.

Ainda podemos perceber o descontentamento de alguns alunos com a reorganização das disciplinas, além de haver um consenso entre os estudantes da rede pública e particular ao afirmar que a maioria das escolas brasileiras não possuem condições de ofertar as cinco áreas do conhecimento propostas pelo governo.

Em outro momento buscamos a visão dos estudantes sobre o componente curricular Educação Física, nesse momento notamos que a relevância dessa disciplina para os alunos do ensino particular varia entre “Pouca” e “Regular”, já com os alunos da rede pública de ensino o nível de importância está entre “Regular” e “Grande”. Sobre a finalidade da Educação

Física nessa etapa de ensino, na perspectiva dos estudantes, gira em torno da prática de atividades física e dos esportes.

Portanto, as constatações evidenciam que os estudantes de modo geral estão politicamente apáticos, sem envolvimento com a leitura conjuntural brasileira e do cenário educacional. Tal fato, segundo Tomizaki (2018), evidencia também a necessidade das políticas educacionais ao desenvolver medidas com esse nível de importância, convidar os atores, a exemplo dos estudantes, para participarem da construção dessa reforma.

A partir do referencial teórico construído e da análises dos dados obtidos, fica constatado que a Reforma do Ensino Médio não é consenso no Brasil, mostra que a fragilidades e que há muito a se pensar e analisar para tomar outras medidas, o que demonstra a necessidade de se continuar pensando essa Reforma.

Vale destacar que no atual momento (agosto/2018) a reforma volta a ser destaque no cenário nacional, e o estado que ela se encontra não é otimista. Recentemente o conselheiro nacional do CNE, César Callegari, entregou a presidência da comissão que analisa a BNCC, ele manda uma carta aos conselheiros do CNE sobre a BNCC e a Reforma Do Ensino Médio, nela é apontada os motivos que o levam a entregar o cargo, além de fazer duras críticas à proposta, Callegari (2018) afirma que a Reforma é “uma obra necessariamente inacabada porque sempre sujeita a modificações”.

Desse modo é apontada a necessidade de se continuar pesquisando sobre essa temática, tendo em vista a sua complexidade e importância para sociedade brasileira. As palavras finais desse trabalho dedicamos para convidar outros pesquisadores e estudantes no contexto educacional para continuar pesquisando a Reforma do Ensino Médio, suas implicações as suas causas políticas e as perspectivas para a juventude para que possamos acumular um conjunto de conhecimentos que nos de um lastro com mais consequências para se pensar essa etapa da educação básica no Brasil.



## 7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Faltam muitas respostas para reforma do ensino médio, diz presidente do CONSED.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/faltam-muitas-respostas-para-reforma-do-ensino-medio-diz-presidente-do-consed>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Nota pública da ANPEd sobre a aprovação pelo Senado da MP do Ensino Médio.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-aprovacao-pelo-senado-da-mp-do-ensino-medio>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio.** Brasília.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. . Brasília,

BRASIL. Lei nº 13.415, de 2017. . Brasília,

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746.** Brasília.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. . **Apresentação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CALLEGARI, César. **Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação.** Brasília: Scribd, 2018.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **CBCE publica Nota de Repúdio à reforma denominada “Novo Ensino Médio”.** Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/noticias-detalle.php?id=1164>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 6840/2013.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CONSED. **Conselho de secretários estaduais propõe exame universal já em 2010.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33105>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. **Sobre o Grupo de Trabalho.** Disponível em: <<http://www.consed.org.br/consed/gt-ensino-medio>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **NOTA DE REPÚDIO À MP DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO.** Disponível em: <<http://www.cref13.org.br/bahia/noticia/nota-de-repudio-mp-de-reforma-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, Maristela Bortolatto. **O NOVO ENSINO MÉDIO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: CONTROVÉRSIAS E DESAFIOS**. MARÍLIA. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **‘Era necessária uma consulta prévia da reforma do ensino’**. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,era-necessaria-uma-consulta-previa-da-reforma-do-ensino,10000078078>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA AMAZONAS. **10ª Reunião Ordinária da Diretoria FIEAM**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ozsKX0bsaI4>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 112, n. 2, p.167-183, mar. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, set. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302011000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302011000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 14 ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300002>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ensino Médio: tragédia que substitui “tragédia”**. Disponível em: <[https://avaliacaoeducacional.wordpress.com/2016/09/22/ensino-medio-tragedia-que-substitui-tragedia/?iframe=true&theme\\_preview=true](https://avaliacaoeducacional.wordpress.com/2016/09/22/ensino-medio-tragedia-que-substitui-tragedia/?iframe=true&theme_preview=true)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Sobre o Fundeb**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HONORATO, Ilma Célia Ribeiro. CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 2007. **REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR**. Paraná: CONPEF, 2017. 16 p.

JORNAL DA CIÊNCIA. **O que os alunos esperam da reforma do Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/11-o-que-os-alunos-esperam-da-reforma-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MELO, Wallace. **As reformas do ensino médio: considerações históricas, educacionais e políticas**. Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2016/09/as-reformas-do-ensino-medio-consideracoes-historicas-educacionais-e-politicas/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

Ministério da Educação e Cultura. **Ensino Médio Inovador**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13439](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439)>. Acesso em: 06 jan. 2018.

Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Ministério da Educação e Cultura. **PAR - Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017)\***. Campinas: Educação e Sociedade, 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Revolução no ensino médio e a BNCC**. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,revolucao-no-ensino-medio-e-a-bncc,10000021462>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Escolas já devem começar a discutir novo ensino médio e fazer adaptações à nova lei, defende Sylvia Gouvêa**. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/escolas-ja-devem-comecar-discutir-novo-ensino-medio-e-fazer-adaptacoes-nova-lei-defende-sylvia-gouvea/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

RODA VIVA. **Roda Viva | Ministro da Educação, Mendonça Filho**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5OvDejFIU>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 214-238, abr. 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072018000100214&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000100214&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12 ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0126>.

## **8. SUMÁRIO DE APÊNDICES**

**APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar de um estudo sobre a Reforma do Ensino Médio, ao qual é constituinte de uma pesquisa de monografia de conclusão de curso, cujo o objetivo é identificar o estado de conhecimento de estudantes e dos professores sobre as mudanças propostas pela reforma do ensino médio, bem como, se os mesmos estão de acordo com a reforma sugerida. Sua participação, portanto, é muito importante e ela se dará do preenchimento de um questionário composto por questões abertas e fechadas.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

O pesquisador envolvido com o referido estudo é o acadêmico Alexandre Oliveira, discente da Universidade Federal de Sergipe do curso de Educação Física Licenciatura, sob a orientação do Professor José Américo Santos Menezes.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos pode nos contatar através dos telefones (79) 99912-2364 (acadêmico Alexandre)/ 9-91138980(Prof. Américo), ou pelo e-mail: alexandreoliveirapv@yahoo.com.

Atenciosamente,

---

Prof. Jose Americo Santos Menezes

---

Alexandre Oliveira Nascimento Santos

## Questionário de pesquisa

### Perfil do aluno

Nome: \_\_\_\_\_

Gênero: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Nome da escola: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Tem filhos: \_\_\_\_\_ Quantos: \_\_\_\_\_

Há quantos anos cursa o Ensino Médio: \_\_\_\_\_

Já abandonou e em seguida retornou para o Ensino Médio: ( ) Sim ( ) Não

Motivos do abandono: \_\_\_\_\_

Município onde mora: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Trabalha: ( ) Sim ( ) Não Ocupação: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

### Referente ao Ensino Médio

O que você pretende após o Ensino Médio?

Trabalhar ( ) Fazer curso superior ( ) Fazer curso técnico ( ) Outra opção ( )

Você acompanhou os debates em torno da Reforma do Ensino Médio? Sim ( ) Não ( )

Você é favorável a Reforma do Ensino Médio? Sim ( ) Não ( )

Você acha que a reforma do Ensino Médio vai melhorar sua condição de:

A – Ingresso na Universidade ( )

B – Entrada no mercado de trabalho ( )

C – Não vai mudar em nada ( )

Para você as mudanças na organização das disciplinas do Ensino Médio, vão provocar que tipo de alterações:

A – Aumento na motivação dos alunos em cursar o Ensino Médio ( )

B – Possibilitar o melhor preparo para o ingresso da universidade ( )

C – Melhor preparo para o ingresso no mercado de trabalho ( )

D – Aumento de desigualdade de oportunidades dos jovens brasileiros que cursam o Ensino Médio ( )

E – Diminuição da desigualdade de oportunidades dos jovens brasileiros que cursam o Ensino Médio ( )

Outros \_\_\_\_\_

Com a reforma do ensino médio, os alunos terão que escolher a partir do segundo ano uma das cinco áreas do conhecimento para aprofundamento. Se você pudesse escolher quais dessas você pretendia cursar?

A – Linguagens e suas tecnologias ( )

B – Matemática e suas tecnologias ( )

C – Ciências da natureza e suas tecnologias ( )

D – Ciências humanas e sociais aplicadas ( )

E – Formação técnica profissional ( )

Você acha que a maioria das escolas brasileiras tem condições de ofertar essas cinco áreas de concentração proposto pelo governo? Sim ( ) Não ( )

O governo anuncia a flexibilização das disciplinas artes, educação física, sociologia e filosofia. Você concorda com a ausência dessas disciplinas no Ensino Médio? Sim ( ) Não ( )

Você acha que a presença da educação física no Ensino Médio tem que nível de importância? Nenhum ( ) Pouco ( ) Regular ( ) Grande ( )

Para você qual deve ser a finalidade da educação física no Ensino Médio

A – Momento e espaço para relaxar e compensar o cansaço provocado pelas demais disciplinas ( )

B – Oportunizar a prática de atividades físicas e esportes ( )

C – O ensino de conteúdos referente a cultura corporal de movimento relevantes para formação de jovens adultos ( )